



## **EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2014**

**Processo Administrativo nº 112/2014**

**Protocolo nº 1554/2014**

O Prefeito Municipal de Santo Augusto-RS, Sr. **José Luiz Andrighetto**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **14h do dia 29 de maio de 2014**, na Sala de Licitações (3º piso) do Centro Administrativo, sito na Rua Coronel Júlio Pereira dos Santos, nº 465, reunir-se-á a Comissão de Licitações, com a finalidade de receber propostas para a contratação para execução de obras de pavimentação com pedras irregulares, meio fio e drenagem em diversos logradouros (parte da Rua Waldevino Moreira Branco, parte da Rua Amazonas, parte da Rua Pedro Santi, acesso sem denominação Rua José Maroso e parte da Rua Valdomiro Manoel Rodrigues), compreendendo o fornecimento de materiais e serviços necessários, conforme Projeto Técnico, que passa a fazer parte do presente Edital para todos os efeitos legais, com recursos próprios, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como as condições a seguir estabelecidas:

### **1 DO OBJETO:**

Contratação para execução de obras de pavimentação com pedras irregulares, meio fio e drenagem em diversos logradouros (parte da Rua Waldevino Moreira Branco, parte da Rua Amazonas, parte da Rua Pedro Santi, acesso sem denominação Rua José Maroso e parte da Rua Valdomiro Manoel Rodrigues), compreendendo o fornecimento de materiais e serviços necessários, conforme Projeto Técnico, que passa a fazer parte do presente Edital para todos os efeitos legais (ANEXO 02), sendo:

Item	Especificações
01	Materiais necessários para execução de obras de pavimentação com pedras irregulares e meio fio em parte da Rua Waldevino Moreira Branco, parte da Rua Amazonas, parte da Rua Pedro Santi, acesso sem denominação Rua José Maroso e parte da Rua Valdomiro Manoel Rodrigues, conforme projeto técnico.
02	Serviços necessários para execução de obras de pavimentação com pedras irregulares e meio fio em parte da Rua Waldevino Moreira Branco, parte da Rua Amazonas, parte da Rua Pedro Santi, acesso sem denominação Rua José Maroso e parte da Rua Valdomiro Manoel Rodrigues, conforme projeto técnico.
03	Materiais necessários para execução de obras de drenagem em parte da Rua Waldevino Moreira Branco e parte da Rua Amazonas, conforme projeto técnico.
04	Serviços necessários para execução de obras de drenagem em parte da Rua Waldevino Moreira Branco e parte da Rua Amazonas, conforme projeto técnico.

**Obs.** As quantidades a serem executadas e os respectivos trechos encontram-se detalhados no projeto técnico, anexo ao Edital (ANEXO 02).

### **2 INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:**

**2.1** Quaisquer informações complementares e esclarecimentos relativos a este instrumento convocatório deverão ser dirigidos a Coordenadoria de Compras e Licitações, localizada Centro Administrativo (3º piso), sito na Rua Cel. Júlio Pereira dos Santos, nº 465, Bairro Centro, Santo Augusto-RS, em dias úteis, de 2ª feira a 6ª feira, no horário das 08h às 12h e das 13h30min às 17h ou ainda, pelo "e-mail" [santoaugustocompras@hotmail.com](mailto:santoaugustocompras@hotmail.com).

**2.2** O Edital poderá ser obtido no link Publicações Legais-Licitações ou por meio do endereço eletrônico [santoaugustocompras@hotmail.com](mailto:santoaugustocompras@hotmail.com).

**2.3** A comunicação de eventuais retificações no instrumento convocatório, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgadas no site [www.santoaugusto.rs.gov.br](http://www.santoaugusto.rs.gov.br).

### **3 DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO:**

**3.1** Poderá participar desta licitação, qualquer pessoa jurídica cadastrada ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas e cujo objeto social seja compatível com o objeto da licitação e ainda, que atenda a todas as exigências estabelecidas neste Edital e anexos

**3.2** As Empresas não cadastradas que tenham interesse em participar do processo licitatório em epígrafe poderão efetuar seu cadastramento junto a Coordenadoria de Compras e Licitações, em até 03 (três) dias antes da data de abertura dos envelopes – **até às 17h do dia 26/05/2014**.

**Obs.** Os documentos exigidos para o cadastramento estão dispostos nos arts. 27 a 31, da Lei nº 8.666/93.

**3.3** Não serão admitidos quaisquer outros Certificados de Registro Cadastral em substituição ao supra referido, expedido pelo Município de Santo Augusto-RS.

**3.4** Não poderá participar desta licitação, empresa enquadrada em qualquer das seguintes hipóteses:

**“NÃO USE DROGAS, DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”**



- a) que, direta ou indiretamente, mantenha sociedade ou participação com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, considerada participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista;
- b) que não atenda as condições estabelecidas neste edital;
- c) cujo ramo de atividade não seja compatível com o objeto desta licitação;
- d) que se encontre sob falência, dissolução ou liquidação;
- e) que se encontre impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal e
- f) que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, na esfera Federal, Estadual ou Municipal.

#### **4 DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:**

**4.1** Os licitantes que declararem na forma da alínea “d” do item 7.1.2 deste Edital o enquadramento social que trata este item terão tratamento diferenciado e favorecido nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**4.2** A ausência dessa declaração significará a desistência da ME(Microempresa) ou EPP(Empresa de Pequeno Porte) de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas.

**4.3** As ME(Microempresa) ou EPP(Empresa de Pequeno Porte) deverão apresentar os documentos de habilitação, mesmo que estes apresentem alguma restrição relativa à regularidade fiscal, sob pena de desclassificação.

**4.4** A ME(Microempresa) ou EPP(Empresa de Pequeno Porte) que apresentar documentos com restrições quanto à regularidade fiscal tem assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da declaração de vencedor da licitação, para apresentar à Comissão as respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**4.5** A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa de 2% sobre o valor total do contrato.

**4.6** Consideram-se empatadas as propostas apresentadas pelas ME(Microempresa) ou EPP(Empresa de Pequeno Porte) que estiverem no limite de até 10% (dez por cento) superiores à proposta melhor classificada, desde que esta não seja ME(Microempresa) ou EPP(Empresa de Pequeno Porte).

**4.7** Ocorrendo o empate, a ME(Microempresa) ou EPP(Empresa de Pequeno Porte) mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

**4.8** Não ocorrendo a contratação da ME(Microempresa) ou EPP(Empresa de Pequeno Porte) serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 4.6 do Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**4.9** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME(Microempresa) ou EPP(Empresa de Pequeno Porte) que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 4.6 do Edital será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**4.10** Na hipótese de não adjudicação de ME(Microempresa) ou EPP(Empresa de Pequeno Porte) o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

#### **5 DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:**

**5.1** Para efeitos de credenciamento, os interessados deverão:

**5.1.1** Quando o representante da empresa não for um dos sócios legalmente habilitados, o mesmo deverá apresentar a Carta de Credenciamento ou Procuração por representante legal da empresa, comprovando a delegação de poderes junto à Comissão Permanente de Licitação, com poderes para atuar em nome da empresa licitante.

**5.1.2** Caso seja titular da empresa, deverá apresentar documentos que comprove seu poder para representá-la.

**5.1.3** A não apresentação da Procuração ou Carta de Credenciamento não implica na inabilitação do licitante, mas o impede de se manifestar durante os trabalhos.

**5.1.4** Será admitida, em todas as etapas da licitação, a presença de somente 01 (um) representante de cada proponente.



## **6 DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA FINANCEIRA:**

**6.1** Os licitantes deverão entregar 02(dois) envelopes fechados, contendo, respectivamente, a documentação da habilitação e a proposta financeira até às 14h do dia 29/05/2014, no Protocolo Geral, localizado no hall de entrada do Centro Administrativo, sito na Rua Cel. Júlio Pereira dos Santos, nº 465, Bairro Centro.

**6.1.1** Os documentos referentes à habilitação deverão estar contidos em um envelope fechado, com os dizeres:

**LICITANTE, ENDEREÇO E TELEFONE  
MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO-RS  
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2014  
ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO**

**6.1.2** Os elementos referentes à proposta financeira deverão estar contidos em envelope fechado, com os dizeres:

**LICITANTE, ENDEREÇO E TELEFONE  
MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO-RS  
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2014  
ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA FINANCEIRA**

**6.2** A entrega dos envelopes implica a plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**6.3** Serão aceitos os envelopes de habilitação e propostas financeiras remetidas pelo Correio ou Transportadora, desde que entregues no Protocolo Geral até a data e a hora marcada para o recebimento dos envelopes. Os envelopes entregues após o dia e horário previstos no preâmbulo deste Edital não serão considerados.

## **7 DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO:**

**7.1** Para habilitação deverá a licitante apresentar, no **Envelope nº 01 - Documentação de Habilitação**, os documentos abaixo discriminados, em 01 (uma) via original ou em cópias previamente autenticadas por tabelião ou por servidor deste Município ou publicação em órgão de imprensa oficial, quando for o caso, sendo que os documentos extraídos de sistemas informatizados (*internet*) ficarão sujeitos a verificação de sua autenticidade pela Administração:

**Obs.** A autenticação por servidor deste Município somente será efetuada até o último dia útil anterior à data de abertura do Envelope nº 01 – Documentação da Habilitação.

**7.1.1** Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Município de Santo Augusto.

### **7.1.2 Habilitação Jurídica:**

- a)** Registro comercial no caso de empresa individual;
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e
- d)** Para as Microempresas(ME) ou Empresas de Pequeno Porte(EPP) que pretenda se utilizar dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006: Termo de declaração, assinado pelo representante legal da empresa licitante e pelo seu Contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade–CRC, que se enquadra na condição de ME(Microempresa) ou EPP(Empresa de Pequeno Porte).

### **7.1.3 Regularidade Fiscal:**

- a)** Prova do Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda – CNPJ, com a descrição da atividade econômica compatível com o objeto da licitação e, em caso de alteração da atividade econômica, demonstrar através de documento hábil a alteração;
- b)** Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;
- c)** Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d)** Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa para com a Fazenda Estadual;
- e)** Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa para com a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- f)** Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa para com a Seguridade Social – INSS e

**“NÃO USE DROGAS, DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”**



**g)** Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecida pela Caixa Econômica Federal.

#### 7.1.4 Da Qualificação Técnica:

**a)** Certidão de registro da pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU do Estado de origem, domicílio ou sede do licitante;

**Obs. 1.** O visto do CREA/RS e/ou do CAU/RS, para empresas não domiciliadas no Estado, será exigido por ocasião da assinatura do contrato.

**b)** Termo de declaração, assinado pelo representante legal da licitante, de que possui suporte técnico, aparelhamento, equipamentos, instalações e condições adequadas, bem como pessoal qualificado e treinado, disponíveis para a execução das obras objeto desta licitação, dentro do prazo previsto no Cronograma Físico-Financeiro;

**c)** Termo de declaração, assinado pelo representante legal da licitante, indicando o Responsável Técnico pela execução da obra, o qual será responsável em todas as fases do procedimento licitatório e da execução contratual, com a comprovação de estar devidamente registrado, através da apresentação da Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU/RS;

**c.1)** Cada licitante apresentará seu(s) próprio(s) Responsável(eis) Técnico(s), não sendo admitido que um mesmo profissional seja Responsável Técnico de mais de uma licitante;

**c.2)** No decorrer da execução da obra, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração;

**d)** Prova do responsável técnico do objeto da licitação pertencer ao quadro funcional da licitante, na data prevista para a entrega da proposta; no caso de sócio ou diretor da empresa, através de contrato social ou estatuto social em vigor; no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum;

**e)** Comprovante de capacidade profissional do responsável técnico do objeto da licitação, através da apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e correspondente Certidão de Acervo Técnico-CAT emitidas pelo CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU/RS, comprovando que o profissional é detentor de responsabilidade técnica por execução de serviços e obra de complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber: **pavimentação**.

**Obs. 1** Somente serão aceitos atestados de obra já concluída.

#### 7.1.5 Qualificação Econômica-Financeira:

**a)** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, devendo se fazer acompanhar pelas NOTAS EXPLICATIVAS.

**a.1)** É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

**a.2)** As licitantes que utilizam a escrituração contábil digital-ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital-SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

**b)** A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos índices, resultante da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \Rightarrow >1$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}} \Rightarrow >1$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \Rightarrow >1$$

$$LI = \frac{\text{ATIVO DISPONÍVEL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \Rightarrow >1$$

$$\text{PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS} = \frac{\text{PC} + \text{PELP}}{\text{A. T.}} = \text{índice máximo: (0,6)}$$

$$\text{IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO} = \frac{\text{AP}}{\text{PL}} = \text{índice máximo: (0,5)}$$

**“NÃO USE DROGAS, DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”**



PC + PELP

GRAU DE ENDIVIDAMENTO: -----X 100 = índice máximo: (0,25)  
PL

**b.1)** O cálculo destes indicadores deverá ser expresso em documento, anexo ao balanço. O documento deverá ser assinado por profissional de contabilidade legalmente habilitado e pelo responsável legal da empresa.

**c)** certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias anteriores à data prevista para a apresentação do documento.

#### **7.1.6 Regularidade Trabalhista e do Trabalho do Menor:**

**a)** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT, que comprove a inexistência de débito inadimplido perante a Justiça do Trabalho do licitante (Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011) e

**b)** Termo de declaração, assinado pelo representante legal da empresa licitante, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme dispõe a Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

**7.1.7** Termo de declaração, assinado pelo representante legal da empresa licitante, de que tomou conhecimento de todas as condições para participação do presente processo e de inexistirem fatos impeditivos da sua habilitação.

**7.2** A documentação referente à HABILITAÇÃO JURÍDICA e REGULARIDADE FISCAL poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Município, desde que a documentação constante do Registro Cadastral esteja com o prazo de validade em vigor.

**7.3** Serão consideradas inabilitadas as licitantes que deixarem de cumprir qualquer um dos requisitos exigidos para a habilitação.

**7.4** Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será considerada de 30 (trinta) dias contados da data de emissão, exceto atestados de capacidade técnica.

**7.5** No julgamento das certidões apresentadas pelas ME (Microempresa) ou EPP (Empresa de Pequeno Porte), referentes à regularidade fiscal, serão observadas as regras insertas na Lei Complementar Federal nº 123/06.

**7.6** Não haverá, em hipótese alguma, confrontação de documentos, na sessão de abertura dos envelopes, para autenticação.

### **8 DA PROPOSTA FINANCEIRA:**

**8.1** No Envelope nº 02 – Da Proposta Financeira, deverá conter a proposta financeira, a qual deverá preencher, obrigatoriamente, os requisitos abaixo, sob pena do proponente ser desclassificado:

**a)** O preço em separado do total de material e mão-de-obra e o preço global, expressos em moeda corrente nacional, onde deverão estar incluídos todos os custos com material, mão-de-obra, equipamentos, inclusive o BDI-Benefícios e Despesas Indiretas (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro, etc.) e tudo o mais necessário à perfeita e cabal execução das obras;

**b)** Orçamento discriminado, seguindo a mesma estrutura do orçamento de referência da Administração, apresentando preços unitários e totais dos materiais e serviços, bem como o global da proposta;

**c)** Cronograma físico-financeiro, contendo as etapas de execução, seguindo o cronograma de referência da Administração;

**d)** Indicar os dados do responsável da licitante pela assinatura do Termo de Contrato (nome completo, estado civil, nacionalidade, profissão, endereço, CPF, Identidade, telefone e e-mail para contato,...) e

**e)** indicar o prazo de validade da proposta que deverá ser de 60 (sessenta) dias, conforme disciplina o § 3º do artigo 64 da Lei Federal nº 8.666/93.

**Obs.** O Município fornecerá um modelo de Planilha Orçamentária em Excel que se encontra disponível para as licitantes no site [www.santoaugusto.rs.gov.br](http://www.santoaugusto.rs.gov.br).

**8.2** Os documentos da proposta financeira deverão conter, obrigatoriamente: número da licitação, objeto licitado, razão social, número do CNPJ, assinatura e rubrica em todas as folhas pelo representante legal do licitante e responsável técnico legalmente habilitado, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, não sendo aceita na forma manuscrita.

**“NÃO USE DROGAS, DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”**





**8.3** A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**8.4** o preço global máximo que será admitido por este Município será de **R\$ 162.599,05 (cento e sessenta e dois mil, quinhentos e noventa e nove reais e cinco centavos)**, sendo R\$ 107.295,54 (cento e sete mil, duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) de materiais e R\$ 55.303,51 (cinquenta e cinco mil, trezentos e três reais e cinquenta e um centavos) de mão-de-obra, sendo:

Item	Especificações	P. Total (R\$)
01	Materiais necessários para execução de obras de pavimentação.	75.649,73
02	Serviços necessários para execução de obras de pavimentação.	45.763,75
03	Materiais necessários para execução de obras de drenagem.	31.645,81
04	Serviços necessários para execução de obras de drenagem.	9.539,76
<b>Total (R\$)</b>		<b>162.599,05</b>

**8.4.1** Será desclassificada a proposta que apresentar preço superior ao limite estabelecido acima.

**8.5** Os preços ofertados pelo licitante deverão ser os praticados no mercado na data da abertura desta TOMADA DE PREÇOS.

## **9 DA IMPUGNAÇÃO:**

**9.1** A impugnação ao Edital será feita na forma do artigo 41 da Lei nº 8.666/1993.

**9.2** os pedidos de impugnação ao Edital serão dirigidos à Comissão de Licitação e entregues no Protocolo Geral, sito no hall de entrada do Centro Administrativo Municipal, localizada na Rua Cel. Júlio Pereira dos Santos, nº 465, Bairro Centro, Santo Augusto-RS, CEP 98760-000, no horário das 08h às 12h e das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

**9.3** Acolhida a impugnação do potencial licitante contra o instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

**9.4** Não serão recebidos como impugnação ao edital os requerimentos apresentados fora do prazo ou enviados por e-mail ou por qualquer outro meio além do previsto na alínea anterior.

## **10 DOS PROCEDIMENTOS:**

**10.1** No local e hora indicados, a Comissão de Licitação receberá os envelopes protocolados contendo a documentação da habilitação e a proposta financeira dos licitantes, entregues pelos licitantes ou por seus representantes.

**10.2** Para fins de credenciamento do representante do licitante às sessões licitatórias, deverá ser observado o disposto no item 05 deste Edital.

**10.3** A Comissão designada para esta licitação procederá, na hora e data estabelecidas nesta Licitação, à abertura dos envelopes nº 01-Documentação da Habilitação, sendo os documentos apresentados, conferidos e rubricados por ela e pelos representantes dos licitantes presentes, devendo, também, rubricar o fecho de todos os envelopes nº 02-Proposta Financeira, após o que, a Comissão de Licitação os lacrará com fita adesiva transparente.

**10.4** Uma vez protocolados os envelopes, não serão admitidos cancelamentos, inclusão de documentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, ressalvando a possibilidade de realização de diligências.

**10.5** Será, então, franqueado aos proponentes o exame dos documentos constantes no envelope nº 01-Documentação da Habilitação, podendo qualquer um deles solicitar o registro na ata da sessão de observação que julgar conveniente, desde que o faça no momento oportuno, anunciado pela Comissão de Licitação, sendo intempestiva e, conseqüentemente, inatendível, qualquer reclamação anterior ou posterior.

**10.6** Tais observações serão devidamente registradas em ata, reservando-se, porém, à Comissão de Licitação, a decisão de levá-las ou não em consideração, justificadamente.

**10.7** Após, a Comissão de Licitação estabelecerá a data da sessão pública, que poderá ser no mesmo dia, onde comunicará a decisão sobre a habilitação preliminar dos participantes, quando também será estabelecido um prazo de 05 (cinco) dias úteis aos licitantes, para recorrerem ou não desta decisão.



**10.8** Havendo a renúncia expressa de todos os licitantes quanto ao direito à interposição do recurso, ou tendo decorrido o prazo recursal sem que tenha havido a interposição do mesmo, a Comissão de Licitação procederá à abertura dos envelopes nº 02 - Proposta Financeira das empresas consideradas habilitadas.

**10.9** Os envelopes nº 02 - Proposta Financeira, ainda fechados, das empresas porventura não habilitadas, ficarão à disposição das empresas licitantes pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação do presente processo, sendo destruídos caso não requisitados, após o decurso deste prazo.

**10.10** É facultado à Comissão de Licitação, quando julgar necessário, determinar a realização de novas sessões públicas para divulgar o resultado de suas decisões.

**10.11** Satisfeitas as exigências legais, as propostas comerciais serão abertas e dada vista das mesmas aos licitantes, devendo todas as folhas serem rubricadas pela Comissão de Licitação e pelos representantes das empresas presentes.

**10.12** Após, a Comissão de Licitação estabelecerá a data da sessão pública, que poderá ser no mesmo dia, onde comunicará a decisão final sobre as propostas dos participantes, quando também será estabelecido um prazo de 05 (cinco) dias úteis aos licitantes, para recorrerem ou não desta decisão.

**10.13** Ao final de todas as reuniões da licitação serão lavradas atas circunstanciadas dos atos, as quais conterão as principais ocorrências, inclusive eventuais manifestações dos licitantes, devendo ser as mesmas assinadas pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes dos licitantes, após lidas e aprovadas por todos.

**10.14** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

## **11 DO JULGAMENTO:**

**11.1** A proposta dos licitantes habilitados, apresentada de acordo com as especificações e exigências deste edital, será julgada pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

**11.2** Será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as empresas de pequeno porte e micro empresas, nos termos estabelecidos no item 4 - DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, deste edital.

**11.3** Serão desclassificadas as propostas:

- a)** que contiverem opções alternativas, que divergirem dos termos deste Edital, que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente;
- b)** manifestamente inexecutável, assim declarada pela Comissão de Licitação;
- c)** apresentadas abertas ou enviadas por "fax símile";
- d)** que não apresentarem, no prazo definido pela Comissão de Licitações, os eventuais esclarecimentos exigidos em relação à documentação ou proposta apresentada;
- e)** apresentar valores superiores ao preço global de **R\$ 162.599,05 (cento e sessenta e dois mil, quinhentos e noventa e nove reais e cinco centavos)**, sendo R\$ 107.295,54 (cento e sete mil, duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) de materiais e R\$ 55.303,51 (cinquenta e cinco mil, trezentos e três reais e cinquenta e um centavos) de mão-de-obra, sendo:

Item	Especificações	P. Total (R\$)
01	Materiais necessários para execução de obras de pavimentação.	75.649,73
02	Serviços necessários para execução de obras de pavimentação.	45.763,75
03	Materiais necessários para execução de obras de drenagem.	31.645,81
04	Serviços necessários para execução de obras de drenagem.	9.539,76
<b>Total (R\$)</b>		<b>162.599,05</b>

**11.4** Para efeitos de classificação, sobre o preço proposto por cooperativa de trabalho serão acrescidos sobre o valor bruto, o correspondente ao encargo previdenciário a ser suportado pelo Município, deduzidos daquele os valores, expressos na planilha de quantitativos e custos unitários, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos a serem utilizados na execução da obra.

**11.5** A Comissão de Licitação justificará, após o exame das propostas, a classificação dos proponentes e a preferência pelo vencedor, através de quadro comparativo, pela ordem crescente dos preços ofertados pelos licitantes.

**11.6** No caso de empate entre duas ou mais propostas, observar-se-á o que dispõe o § 2º, do artigo 45, da Lei Federal nº 8.666/93.



**11.7** Quaisquer inserções na proposta que visem a modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

**11.8** Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração municipal poderá determinar à Comissão de Licitações que fixe o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou outras propostas, conforme previsto no artigo 48, § 3º da Lei nº 8.666/93, escoimadas das causas da inabilitação ou desclassificação.

## **12 DOS RECURSOS:**

**12.1** Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993.

**12.2** O prazo para interposição de recurso relativo às decisões da Comissão de Licitação, ao julgamento da habilitação e da proposta, será de 05(cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão objeto do recurso.

**12.3** Os recursos, que serão dirigidos à Comissão de Licitação, deverão ser protocolados, dentro do prazo previsto no item 12.2, no Protocolo Geral, no Centro Administrativo, sito na Rua Cel. Júlio Pereira dos Santos, nº 465, Bairro Centro, das 8h às 12h e das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

**12.4** Havendo a interposição tempestiva de recurso, os demais licitantes serão comunicados para que, querendo, apresentem contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e na forma prevista no item 12.3.

**12.5** Não serão aceitos recursos ou contrarrazões apresentados fora do prazo previsto no item 12.3, ou enviados via fax, e-mail ou por qualquer outro meio.

**12.6** Decorrido o prazo para a apresentação das razões e contrarrazões de recurso, a Comissão de Licitação poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Prefeito, acompanhado dos autos da licitação, do relatório dos fatos objeto do recurso e das razões da sua decisão.

**12.7** A decisão do Prefeito, a ser proferida nos 05(cinco) dias úteis subsequentes ao recebimento do relatório e das razões de decidir da Comissão de Licitação, é irrecorrível.

**12.8** Os prazos previstos nos itens 12.6 e 12.7 poderão ser prorrogados, a critério da Administração, sempre que for necessário para o adequado julgamento dos recursos, como, por exemplo, para a realização de diligências. A prorrogação deverá ser devidamente justificada nos autos da licitação.

## **13 PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO:**

**13.1** Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 03 (três) dias úteis, convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**13.2** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**13.3** É condição para assinatura do contrato que a licitante vencedora do certame não tenha débitos com o Município de Santo Augusto-RS.

**13.4** Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 2% (dois por cento do contrato).

## **14 DO PRAZO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**14.1** A obra deverá ser entregue no prazo máximo de **03 (três) meses**, observando o cronograma físico-financeiro, contados do recebimento da "Autorização para Início das Obras".

**14.2** Após o recebimento da "Autorização para Início das Obras" a empresa contratada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para dar início à execução do objeto.





**14.3** O prazo previsto no subitem 14.1 poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pela CONTRATADA mediante documento protocolado no Protocolo Geral, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pelo Município.

**14.4** A CONTRATADA só poderá iniciar a obra após assinatura do contrato e mediante o recebimento da "Autorização para Início das Obras".

## **15 DAS MEDIÇÕES:**

**15.1** As medições das obras estarão vinculadas ao cronograma de execução físico-financeiro.

**15.2** A cada alteração contratual, por acréscimo ou diminuição do objeto, valor ou prazo do contrato, será acordado novo cronograma para as obras a se realizarem, com prevalência do interesse da Administração.

**15.3** A programação financeira será sistematicamente atualizada e será passível de reformulação quando fatores supervenientes o justificarem a exclusivo critério da Administração, estabelecendo-se desta forma, a programação para efeito de pagamento das medições.

**15.4** As medições serão processadas mediante solicitação da CONTRATADA, com a seguinte periodicidade:

**a)** A primeira será realizada até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da "Autorização para Início das Obras";

**b)** As subsequentes suceder-se-ão a cada período de 01 (um) mês a partir da data do término da medição anterior.

**15.5** As demais medições poderão ser autorizadas, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, desde que concluída a etapa em sua integralidade e condicionada a existência de disponibilidade financeira.

**15.6** O processo das medições obedecerá a seguinte sistemática:

**a)** Após a conclusão de cada etapa, observado o Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA deverá protocolar no Protocolo Geral do CONTRATANTE documento informando a conclusão da etapa, acompanhado da Medição assinada pelo representante legal da CONTRATADA e seu responsável técnico;

**b)** Aprovada a Medição pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato será expedido o Laudo de Medição e Liberação correspondente à etapa e

**c)** De posse do Laudo de Medição e Liberação fica autorizada a CONTRATADA emitir a Nota Fiscal correspondente à etapa autorizada.

**Obs.** Na Nota Fiscal deverá constar além do valor correspondente a parcela liberada, o número da conta corrente, o Banco e a Agência, o número do Contrato firmado com o Município, o número e a modalidade do procedimento licitatório.

## **16 DO PAGAMENTO:**

**16.1** Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá, depois de cumprido o disposto no item 15.6, apresentar juntamente com a Nota Fiscal a documentação que segue:

**a)** Anotação de Responsabilidade Técnica-ART ou Registro de Responsabilidade Técnica-RRT do responsável técnico pela execução da obra recolhida junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA/RS ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU/RS, respectivamente (por ocasião do pagamento da primeira parcela);

**b)** Cópia da folha de pagamento referente ao mês de competência;

**c)** GFIP-Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social relativo aos empregados da obra no mês de competência da parcela;

**d)** GPS-Guia de Recolhimento de Previdência Social relativa aos empregados da obra no mês de competência da parcela;

**e)** Guia do Recolhimento de ISSQN, específica da obra, quando o contratante não for o responsável pela retenção e recolhimento deste tributo;

**f)** Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa para com a Fazenda Federal;

**g)** Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa para com a Seguridade Social-INSS;

**h)** Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS e

**i)** Cópia do Termo de Recebimento Provisório (por ocasião do pagamento da última parcela).

**16.2** A documentação acima deverá ser entregue pela CONTRATADA ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, o qual anexará à documentação o Boletim de Medição e Liberação da parcela e encaminhará a Tesouraria do Município para pagamento.



**16.3** Após o recebimento da documentação completa, acompanhada da Nota Fiscal, no prazo de até 05 (cinco) dias, o CONTRATANTE, através de sua Tesouraria, efetuará o pagamento, mediante depósito na Conta Bancária da CONTRATADA especificada na Nota Fiscal.

**16.4** Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria por ocasião do pagamento.

**16.5** A Contratada deverá efetuar o cadastro específico da obra, junto a Instituto Nacional do Seguro Social – INSS por ocasião da assinatura do contrato e apresentar a Certidão Negativa correspondente, como condição para recebimento da última parcela, se a legislação atinente a matéria assim exigir para o objeto contratado;

**16.6** Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual, podendo o CONTRATANTE reter do valor da fatura a importância devida, até a regularização de suas obrigações sociais, trabalhistas ou contratuais.

**16.7** O CONTRATANTE pagará a Nota Fiscal/Fatura somente à CONTRATADA, mediante depósito bancário, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

**16.8** Os pagamentos em atraso, somente serão corrigidos monetariamente, caso derivar de culpa do CONTRATANTE. Neste caso, incidirá correção calculada pela variação do IPCA-Índice de Preços ao Consumidor Amplo a ser aplicado sobre o total do débito em atraso.

## **17 DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:**

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: 4490/61-279 e 4490/61-285, constantes do orçamento vigente.

## **18 DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:**

Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que documental e suficientemente comprovado o desequilíbrio contratual.

## **19 DA RESCISÃO DO CONTRATO:**

O CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, unilateralmente, independente do término do prazo, assegurado o contraditório e a ampla defesa em quaisquer dos casos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

## **20 DAS PENALIDADES:**

**20.1** O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará a CONTRATADA, após regular processo administrativo, à penalidade de multa moratória de até 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias.

**20.1.1** A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

**20.2** A inexecução total ou parcial do Contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no Contrato, sujeitará a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

**20.2.1** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

**20.2.2** Multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação.

**20.2.3** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de até dois anos.

**20.2.4** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

**20.3** A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do Contrato, sujeitando a às penalidades acima estabelecidas.



**20.4** A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

**20.5** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do Contrato decorrente desta licitação:

**20.5.1** Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

**20.5.2** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**20.5.3** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**20.6** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**20.7** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**20.8** Caso o CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, sob pena de serem deduzidos dos valores a serem pagos, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**20.9** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **21 DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATADO:**

**21.1** Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

**a) provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

**b) definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

**21.2** A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

**21.3** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança da obra, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

**21.4** O CONTRATANTE rejeitará no todo ou em parte, obra ou serviço que estiver em desacordo com o contrato e as demais disposições do presente Edital.

## **22 DA FISCALIZAÇÃO:**

**22.1** A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do Município, através do responsável indicado, a quem competirá comunicar as falhas porventura constatadas na execução dos serviços e solicitar a correção das mesmas.

**22.2** A fiscalização de que trata o subitem 22.1 será exercida no interesse do Município.

**22.3** Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do presente Edital, deverão ser prontamente atendidas pela adjudicatária, sem qualquer ônus para o Município.

**22.4** Qualquer fiscalização exercida pelo Município, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela prestação dos serviços e não exime a adjudicatária de suas obrigações pela fiscalização e perfeita execução do Contrato.

**22.5** A fiscalização do Município, em especial, deverá verificar a qualidade dos materiais ou equipamentos utilizados na execução dos serviços, podendo exigir a sua substituição quando não atender aos termos do que foi proposto e contratado, sem que assista à adjudicatária qualquer indenização pelos custos daí

**“NÃO USE DROGAS, DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”**



decorrentes.

**22.6** O fiscal do contrato deverá manter o Diário da Obra, onde deverão ser anotados os serviços executados, suas metragens e quantitativos, além de quaisquer ocorrências relevantes ao andamento dos serviços. O Diário deverá ser assinado semanalmente pelo Engenheiro Responsável da CONTRATADA.

**22.7** Qualquer alteração nos projetos deverá ser previamente submetida à análise da Fiscalização do Município. Este encaminhamento deverá ser realizado mediante documento formal, devidamente protocolado.

**22.8** Não serão aceitos quaisquer acréscimos realizados sem autorização expressa do Município.

**22.9** Em caso de dúvidas quanto à interpretação das especificações constantes do Memorial Descritivo e do Projeto Técnico será sempre consultada a Fiscalização, sendo desta o parecer definitivo. A decisão tomada pela Fiscalização deverá ser comunicada à CONTRATADA obrigatoriamente de forma escrita.

**22.10** Na fiscalização serão ainda observadas as demais condições relacionadas no instrumento contratual.

### **23 DAS OBRIGAÇÕES:**

#### **23.1 DO MUNICÍPIO:**

- a) Permitir que os empregados da CONTRATADA possam ter acesso aos locais de execução das obras.
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- c) Notificar por escrito à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- d) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que a CONTRATADA tenha atendido às obrigações contratuais;
- e) Proceder ao recebimento provisório e, não havendo mais pendências, ao recebimento definitivo da obra;
- f) Reter parcelas do pagamento de valores eventualmente devidos à CONTRATADA, enquanto esta não satisfizer o pagamento da integralidade dos danos causados ao e/ou terceiros;
- g) Expedir Anotação de Responsabilidade Técnica-ART ou Registro de Responsabilidade Técnica-RRT, em relação ao projeto e fiscalização das obras;
- h) Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
- i) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, em conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro e medição;
- j) Aplicar penalidades à CONTRATADA, quando for o caso;
- l) Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva conclusão do objeto desta licitação e
- m) Outras obrigações decorrentes do integral cumprimento do objeto contratado.

#### **23.2 DA CONTRATADA:**

- a) A responsabilidade por todas as despesas e providências necessárias à realização do objeto, bem como de estada, alimentação, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, decorrentes da execução do objeto do presente e quaisquer despesas acessórias e necessárias não especificadas nesse edital e nos seus anexos;
- b) Executar o objeto de acordo com as especificações e prazos determinados, atendendo às normas técnicas e legais vigentes, bem como condições e garantias técnicas atinentes à matéria, de modo a resguardar, sob qualquer aspecto, a segurança e o interesse do CONTRATANTE;
- c) Manter a equipe executora das obras identificada;
- d) Empregar boa técnica na execução das obras, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Projeto Técnico;
- e) Executar todas as obras complementares julgadas necessárias para que o local tenha condições de uso satisfatório;
- f) Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e das normas técnicas vigentes na utilização/aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, pois caberá à CONTRATADA, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má utilização/aplicação;
- g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) Sinalizar convenientemente, às suas expensas, o local de execução das obras, de acordo com as normas vigentes, bem como as em vigor do CONTRATANTE, devendo responder por eventuais danos que venham a



ser provocados nas obras, até o seu término, quando estes resultarem de culpa da CONTRATADA, pela falta de sinalização adequada;

**j)** Expedir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica-RRT, em relação à execução das obras;

**l)** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite legal;

**m)** Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade, salvo em caso de autorização expressa do município;

**n)** Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais de proteção, bem como cumprir integralmente o contido nos Acordos, Convenções Coletivas ou Sentenças Normativas referentes à categoria profissional dos seus empregados.

**o)** Dar o destino adequado aos resíduos das obras e entregar o local das obras limpo, sem instalações provisórias e livres de entulho ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata;

**p)** Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais não aprovados pela fiscalização do Município, caso os mesmos não atendam às especificações constantes no Projeto Técnico;

**q)** Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações a danificá-los;

**r)** Permitir o livre acesso da fiscalização do CONTRATANTE, bem como dos órgãos de controle, aos locais onde serão realizadas as obras e entregues os materiais e aos documentos e registros contábeis da empresa CONTRATADA, sujeitando-se no caso de embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação de tais servidores e órgãos a responsabilização administrativa, civil e penal;

**s)** Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita e

**t)** Outras obrigações decorrentes do integral cumprimento do objeto contratado.

## **24 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**24.1** Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente edital.

**24.2** É facultada à Comissão de licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

**24.3** Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação da documentação e propostas exigidas no edital e não apresentadas na reunião de recebimento.

**24.4** Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos, após o prazo estabelecido neste edital, para o recebimento dos mesmos.

**24.5** Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e os contratos, o representante credenciado e os membros da Comissão de Licitações, salvo os casos expressos estipulados na Lei Federal nº 8.666/93.

**24.6** A inabilitação do licitante em qualquer das fases importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

**24.7** Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (artigo 109, inciso I, *a* e *b*, da Lei nº 8.666/1993).

**24.8** Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos a habilitação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.

**24.9** Fica assegurado ao Poder executivo Municipal, no interesse do Município, revogar ou anular a presente licitação, devidamente fundamentado, sem que caiba aos licitantes quaisquer direitos de reclamações ou indenizações.

**24.10** Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.





**24.11** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

**24.12** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município. Considerar-se-ão dias corridos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**24.13** Decorridos 120 (cento e vinte) dias da data da entrega das propostas de preços, sem a expedição da "Ordem de Serviço" a CONTRATADA ficará liberada dos compromissos assumidos neste certame, exceto se houver prorrogação deste prazo.

**24.14** A homologação do resultado desta licitação gera mera expectativa de direito à contratação.

**24.15** Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da legislação vigente que rege a matéria.

**24.16** Constituem anexos do presente edital:

**ANEXO 01** - MINUTA DO CONTRATO e

**ANEXO 02** - PROJETO TÉCNICO

**24.17** Fica eleito e convencionado para fins legais e para questões derivadas dessa licitação, o Foro da Comarca de Santo Augusto-RS, com renúncia expressa a qualquer outro.

**Santo Augusto(RS), 07 de maio de 2014**

**José Luiz Andrighetto**  
Prefeito Municipal



# **ANEXO 01**

# **MINUTA CONTRATO**



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS –**  
**EMPREITADA GLOBAL Nº \_\_\_\_\_/2014**

**1 DAS PARTES:**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO - RS**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa sita na Rua Coronel Júlio Pereira dos Santos, n.º 465, Santo Augusto-RS, inscrito no CNPJ n.º 87.613.105/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **José Luiz Andrighetto**, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 290.554.740-53, Carteira de Identidade n.º 8006985512, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, n.º 947, Bairro Centro, na cidade de Santo Augusto-RS.

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo seu sócio proprietário, Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ – SSP/RS, CPF n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na cidade de \_\_\_\_\_.

**2 DO OBJETO:**

Contratação para execução de obras de pavimentação com pedras irregulares, meio fio e drenagem em diversos logradouros (parte da Rua Waldevino Moreira Branco, parte da Rua Amazonas, parte da Rua Pedro Santi, acesso sem denominação Rua José Maroso e parte da Rua Valdomiro Manoel Rodrigues), compreendendo o fornecimento de materiais e serviços necessários, conforme Projeto Técnico, que passa a fazer parte do presente Contrato para todos os efeitos legais.

Item	Especificações
01	Materiais necessários para execução de obras de pavimentação com pedras irregulares e meio fio em parte da Rua Waldevino Moreira Branco, parte da Rua Amazonas, parte da Rua Pedro Santi, acesso sem denominação Rua José Maroso e parte da Rua Valdomiro Manoel Rodrigues, conforme projeto técnico.
02	Serviços necessários para execução de obras de pavimentação com pedras irregulares e meio fio em parte da Rua Waldevino Moreira Branco, parte da Rua Amazonas, parte da Rua Pedro Santi, acesso sem denominação Rua José Maroso e parte da Rua Valdomiro Manoel Rodrigues, conforme projeto técnico.
03	Materiais necessários para execução de obras de drenagem em parte da Rua Waldevino Moreira Branco e parte da Rua Amazonas, conforme projeto técnico.
04	Serviços necessários para execução de obras de drenagem em parte da Rua Waldevino Moreira Branco e parte da Rua Amazonas, conforme projeto técnico.

**Obs.** As quantidades a serem executadas e os respectivos trechos encontram-se detalhados no projeto técnico, anexo ao Edital (ANEXO 02).

**3 DAS OBRIGAÇÕES:**

**3.1 DO MUNICÍPIO:**

- a) Permitir que os empregados da CONTRATADA possam ter acesso aos locais de execução das obras.
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- c) Notificar por escrito à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- d) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que a CONTRATADA tenha atendido às obrigações contratuais;
- e) Proceder ao recebimento provisório e, não havendo mais pendências, ao recebimento definitivo da obra;
- f) Reter parcelas do pagamento de valores eventualmente devidos à CONTRATADA, enquanto esta não satisfizer o pagamento da integralidade dos danos causados ao e/ou terceiros;
- g) Expedir Anotação de Responsabilidade Técnica-ART ou Registro de Responsabilidade Técnica-RRT, em relação ao projeto e fiscalização das obras;
- h) Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
- i) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, em conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro e medição;
- j) Aplicar penalidades à CONTRATADA, quando for o caso;
- l) Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva conclusão do objeto desta licitação e
- m) Outras obrigações decorrentes do integral cumprimento do objeto contratado.

**3.2 DA CONTRATADA:**

- a) A responsabilidade por todas as despesas e providências necessárias à realização do objeto, bem como de estada, alimentação, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, decorrentes da execução do objeto do presente e quaisquer despesas acessórias e necessárias não especificadas nesse edital e nos seus anexos;
- b) Executar o objeto de acordo com as especificações e prazos determinados, atendendo às normas técnicas e legais vigentes, bem como condições e garantias técnicas atinentes à matéria, de modo a resguardar, sob qualquer aspecto, a segurança e o interesse do CONTRATANTE;
- c) Manter a equipe executora das obras identificada;
- d) Empregar boa técnica na execução das obras, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Projeto Técnico;
- e) Executar todas as obras complementares julgadas necessárias para que o local tenha condições de uso satisfatório;
- f) Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e das normas técnicas vigentes na utilização/aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, pois caberá à CONTRATADA, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má utilização/aplicação;



- g)** Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- h)** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i)** Sinalizar convenientemente, às suas expensas, o local de execução das obras, de acordo com as normas vigentes, bem como as em vigor do CONTRATANTE, devendo responder por eventuais danos que venham a ser provocados nas obras, até o seu término, quando estes resultarem de culpa da CONTRATADA, pela falta de sinalização adequada;
- j)** Expedir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica-RRT, em relação à execução das obras;
- l)** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite legal;
- m)** Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade, salvo em caso de autorização expressa do município;
- n)** Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais de proteção, bem como cumprir integralmente o contido nos Acordos, Convenções Coletivas ou Sentenças Normativas referentes à categoria profissional dos seus empregados.
- o)** Dar o destino adequado aos resíduos das obras e entregar o local das obras limpo, sem instalações provisórias e livres de entulho ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata;
- p)** Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais não aprovados pela fiscalização do Município, caso os mesmos não atendam às especificações constantes no Projeto Técnico;
- q)** Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações a danificá-los;
- r)** Permitir o livre acesso da fiscalização do CONTRATANTE, bem como dos órgãos de controle, aos locais onde serão realizadas as obras e entregues os materiais e aos documentos e registros contábeis da empresa CONTRATADA, sujeitando-se no caso de embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação de tais servidores e órgãos a responsabilização administrativa, civil e penal;
- s)** Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita e
- t)** Outras obrigações decorrentes do integral cumprimento do objeto contratado.

#### **4 DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO:**

**4.1** A obra deverá ser entregue no prazo máximo de **03 (três) meses**, observando o cronograma físico-financeiro, contados do recebimento da "Autorização para Início das Obras".

**4.2** Após o recebimento da "Autorização para Início das Obras" a empresa contratada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para dar início a execução do objeto.

**4.3** O prazo previsto no subitem 4.1 poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pela CONTRATADA mediante documento protocolado no Protocolo Geral, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pelo Município.

**4.4** A CONTRATADA só poderá iniciar a obra após assinatura do contrato e mediante o recebimento da "Autorização para Início das Obras".

#### **5 DAS MEDIÇÕES:**

**5.1** As medições das obras estarão vinculadas ao cronograma de execução físico-financeiro.

**5.2** A cada alteração contratual, por acréscimo ou diminuição do objeto, valor ou prazo do contrato, será acordado novo cronograma para as obras a se realizarem, com prevalência do interesse da Administração.

**5.3** A programação financeira será sistematicamente atualizada e será passível de reformulação quando fatores supervenientes o justificarem a exclusivo critério da Administração, estabelecendo-se desta forma, a programação para efeito de pagamento das medições.

**5.4** As medições serão processadas mediante solicitação da CONTRATADA, com a seguinte periodicidade:

- a)** A primeira será realizada até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da "Autorização para Início das Obras";
- b)** As subsequentes suceder-se-ão a cada período de 01 (um) mês a partir da data do término da medição anterior.

**5.5** As demais medições poderão ser autorizadas, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, desde que concluída a etapa em sua integralidade e condicionada a existência de disponibilidade financeira.

**5.6** O processo das medições obedecerá a seguinte sistemática:

- a)** Após a conclusão de cada etapa, observado o Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA deverá protocolar no Protocolo Geral do CONTRATANTE documento informando a conclusão da etapa, acompanhado da Medição assinada pelo representante legal da CONTRATADA e seu responsável técnico;
- b)** Aprovada a Medição pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato será expedido o Laudo de Medição e Liberação correspondente à etapa e
- c)** De posse do Laudo de Medição e Liberação fica autorizada a CONTRATADA emitir a Nota Fiscal correspondente à etapa autorizada.

**“NÃO USE DROGAS, DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”**



**Obs.** Na Nota Fiscal deverá constar além do valor correspondente a parcela liberada, o número da conta corrente, o Banco e a Agência, o número do Contrato firmado com o Município, o número e a modalidade do procedimento licitatório.

## **6 DO VALOR E DO PAGAMENTO:**

**6.1** O preço a ser pago pela à CONTRATADA, para a execução do objeto descrito, nas condições estipuladas, será de **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), sendo R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) de mão-de-obra e R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**6.2** Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá, depois de cumprido o disposto no item 5.6, apresentar juntamente com a Nota Fiscal a documentação que segue:

- a)** Anotação de Responsabilidade Técnica-ART ou Registro de Responsabilidade Técnica-RRT do responsável técnico pela execução da obra recolhida junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA/RS ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU/RS, respectivamente (por ocasião do pagamento da primeira parcela);
- b)** Cópia da folha de pagamento referente ao mês de competência;
- c)** GFIP-Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social relativo aos empregados da obra no mês de competência da parcela;
- d)** GPS-Guia de Recolhimento de Previdência Social relativa aos empregados da obra no mês de competência da parcela;
- e)** Guia do Recolhimento de ISSQN, específica da obra, quando o contratante não for o responsável pela retenção e recolhimento deste tributo;
- f)** Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa para com a Fazenda Federal;
- g)** Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa para com a Seguridade Social-INSS;
- h)** Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS e
- i)** Cópia do Termo de Recebimento Provisório (por ocasião do pagamento da última parcela).

**6.3** A documentação acima deverá ser entregue pela CONTRATADA ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, o qual anexará à documentação o Boletim de Medição e Liberação da parcela e encaminhará a Tesouraria do Município para pagamento.

**6.4** Após o recebimento da documentação completa, acompanhada da Nota Fiscal, no prazo de até 05 (cinco) dias, o CONTRATANTE, através de sua Tesouraria, efetuará o pagamento, mediante depósito na Conta Bancária da CONTRATADA especificada na Nota Fiscal.

**6.5** Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria por ocasião do pagamento.

**6.6** A Contratada deverá efetuar o cadastro específico da obra, junto a Instituto Nacional do Seguro Social – INSS por ocasião da assinatura do contrato e apresentar a Certidão Negativa correspondente, como condição para recebimento da última parcela, se a legislação atinente a matéria assim exigir para o objeto contratado;

**6.7** Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual, podendo o CONTRATANTE reter o valor da fatura a importância devida, até a regularização de suas obrigações sociais, trabalhistas ou contratuais.

**6.8** O CONTRATANTE pagará a Nota Fiscal/Fatura somente à CONTRATADA, mediante depósito bancário, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

**6.9** Os pagamentos em atraso, somente serão corrigidos monetariamente, caso derivar de culpa do CONTRATANTE. Neste caso, incidirá correção calculada pela variação do IPCA-Índice de Preços ao Consumidor Amplo a ser aplicado sobre o total do débito em atraso.

## **7 DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:**

Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que documental e suficientemente comprovado o desequilíbrio contratual.

## **8 DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

**8.1** Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

- a) provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

**8.2** A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

**8.3** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança da obra, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

**8.4** O CONTRATANTE rejeitará no todo ou em parte, obra ou serviço que estiver em desacordo com o contrato e as demais disposições do presente Edital.

**“NÃO USE DROGAS, DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”**





## **9 DAS PENALIDADES:**

**9.1** O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará a CONTRATADA, após regular processo administrativo, à penalidade de multa moratória de até 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias.

**9.1.1** A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

**9.2** A inexecução total ou parcial do Contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no Contrato, sujeitará a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

**9.2.1** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

**9.2.2** Multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação.

**9.2.3** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de até dois anos.

**9.2.4** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

**9.3** A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do Contrato, sujeitando a às penalidades acima estabelecidas.

**9.4** A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

**9.5** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do Contrato decorrente desta licitação:

**9.5.1** Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

**9.5.2** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**9.5.3** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**9.6** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**9.7** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**9.8** Caso o CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, sob pena de serem deduzidos dos valores a serem pagos, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**9.9** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **10 DA FISCALIZAÇÃO:**

**10.1** A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do Município, através do responsável indicado, a quem competirá comunicar as falhas porventura constatadas na execução dos serviços e solicitar a correção das mesmas.

**10.2** A fiscalização de que trata o subitem 10.1 será exercida no interesse do Município.

**10.3** Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do presente Edital, deverão ser prontamente atendidas pela adjudicatária, sem qualquer ônus para o Município.

**10.4** Qualquer fiscalização exercida pelo Município, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela prestação dos serviços e não exime a adjudicatária de suas obrigações pela fiscalização e perfeita execução do Contrato.

**10.5** A fiscalização do Município, em especial, deverá verificar a qualidade dos materiais ou equipamentos utilizados na execução dos serviços, podendo exigir a sua substituição quando não atender aos termos do que foi proposto e contratado, sem que assista à adjudicatária qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.

**10.6** O fiscal do contrato deverá manter o Diário da Obra, onde deverão ser anotados os serviços executados, suas metragens e quantitativos, além de quaisquer ocorrências relevantes ao andamento dos serviços. O Diário deverá ser assinado semanalmente pelo Engenheiro Responsável da CONTRATADA.

**10.7** Qualquer alteração nos projetos deverá ser previamente submetida à análise da Fiscalização do Município. Este encaminhamento deverá ser realizado mediante documento formal, devidamente protocolado.

**“NÃO USE DROGAS, DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”**



**Estado do Rio Grande do Sul – SANTO AUGUSTO**  
**Secretaria Municipal de Administração – Coordenadoria de Compras e Licitações**  
Rua Coronel Júlio Pereira dos Santos, 465 – CEP 98590-000 -  
Fone/Fax (55) 3781-4361/5239 – E-mail: [santoaugustocompras@hotmail.com](mailto:santoaugustocompras@hotmail.com)

**10.8** Não serão aceitos quaisquer acréscimos realizados sem autorização expressa do Município.

**10.9** Em caso de dúvidas quanto à interpretação das especificações constantes do Memorial Descritivo e do Projeto Técnico será sempre consultada a Fiscalização, sendo desta o parecer definitivo. A decisão tomada pela Fiscalização deverá ser comunicada à CONTRATADA obrigatoriamente de forma escrita.

**10.10** Na fiscalização serão ainda observadas as demais condições relacionadas no instrumento contratual.

**11 DA RESCISÃO DO CONTRATO:**

O CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, unilateralmente, independente do término do prazo, assegurado o contraditório e a ampla defesa em quaisquer dos casos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

**12 DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS:**

Aplicar-se-ão, com relação à execução, alteração, inexecução e extinção, com pertinência ao presente Contrato, no que couber, as normas estabelecidas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**13 DO PROCESSO LICITATÓRIO:**

O presente Contrato resulta do Processo Licitatório, modalidade **Tomada de Preços nº 005/2014, de 02/05/2014.**

**14 DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:**

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: 4490/61-279 e 4490/61-285, constantes do orçamento vigente.

**15 DO FORO:**

As partes, de pleno e comum acordo, elegem o Foro da Comarca de Santo Augusto, para dirimir quaisquer litígios, decorrentes do presente, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por se acharem plenamente justos e contratados, firmam o presente em quatro (4) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Santo Augusto/RS, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014

**JOSÉ LUIZ ANDRIGHETTO**  
Prefeito Municipal  
**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**

Testemunhas: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
CPF \_\_\_\_\_



# **ANEXO 02**

# **PROJETO TÉCNICO**



**MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO**  
**SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

## **MEMORIAL DESCRITIVO**

### **PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES MEIO-FIO E DRENAGEM**

**Obra** – Pavimentação com Pedras Irregulares, Meio-Fio e Drenagem

**Localização** – Drenagem – Rua Amazonas e Rua Waldevino Moreira Branco

Pavimentação – Rua Amazonas, Rua Waldevino Moreira Branco, Rua Pedro Santi,  
Acesso sem Denominação (Rua José Maroso) e Rua Valdomiro Manoel Rodrigues

#### **SERVIÇOS A EXECUTAR**

##### **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Em parte da Rua Amazonas, localizada no bairro Santa Fé, serão executadas a pavimentação e drenagem, totalizando 07 (sete) bocas de lobo e 944,00m<sup>2</sup> de pavimentação em pedras irregulares.

Em parte da Rua Waldevino Moreira Branco, localizada no bairro Santo Antônio, serão executadas a pavimentação e drenagem, totalizando 07 (sete) bocas de lobo e 833,00m<sup>2</sup> de pavimentação em pedras irregulares.

Em parte da Rua Pedro Santi, localizada no bairro Santo Antônio, será executada a pavimentação, totalizando 822,50m<sup>2</sup> de pavimentação em pedras irregulares.

Em um acesso sem denominação, ligado a Rua José Maroso, localizado no bairro Petrópolis, será executada a pavimentação, totalizando 327,42m<sup>2</sup> de pavimentação em pedras irregulares.

Em parte da Rua Valdomiro Manoel Rodrigues, localizada no bairro Santo Antônio, será executada a pavimentação, totalizando 385,50m<sup>2</sup> de pavimentação em pedras irregulares.

Total em metros quadrados de pavimentação: 3.312,42m<sup>2</sup>

Total em metros lineares de drenagem: 284,00m

Total de bocas de lobo: 14 unidades

##### **2. PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES:**

**A. DEMARCAÇÃO\*** – Por demarcação será entendido todos os serviços de topografia para a locação da planimetria e altimetria da rua. A área abrangida pela demarcação compreende todo o leito reservado para a rua, inclusive calçadas laterais.

**“NÃO USE DROGAS, DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”**



Estado do Rio Grande do Sul – SANTO AUGUSTO  
SECRETARIA DE SUPERVISAO E PLANEJAMENTO SESUPLAN  
Fone/Fax (55) 3781-5236

**B. REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO LEITO\*** - Por regularização será entendido todo o serviço de máquinas rodoviárias necessárias para implantar e executar a limpeza de todo o leito reservado para a rua. São cortes, aterros e ajustes do gabarito da rua. O leito da rua deverá ficar com nível final de 25,0cm (vinte e cinco centímetros) abaixo das calçadas dos terrenos.

O solo predominante nas áreas a serem pavimentadas é solo argiloso, o lençol freático é profundo (mais de 5,00m (cinco metros)), é um solo permeável e de boa compressibilidade. As demandas de tráfego não são expressivas pelo fato das ruas estarem localizadas fora das rotas principais de tráfego da cidade e, portanto as exigências de sustentação serão menores. Com a finalidade de melhorar as condições naturais de resistência do solo será executada uma compactação da seguinte forma:

a) Estando o leito regularizado conforme o projeto e o solo em condições boas de umidade (constatado pela experiência dos encarregados do serviço), será realizada uma escoriação com a moto-niveladora.

b) Com rolo pé de carneiro com patas curtas, do tipo vibratório, será realizada a compactação mecânica do leito, observando-se nesta ocasião os gabaritos das declividades longitudinais e transversais. O número de passadas será tantas quantas forem necessárias para a obtenção de um bom suporte do solo. A compactação deverá atingir a uma camada média de 20,0cm (vinte centímetros).

c) As declividades transversais são as seguintes:

Ruas – entre 1,0 e 2,0% a partir do eixo

Avenidas – entre 1,5 e 2,0% a partir da face externa do canteiro central

d) Em local inacessível para o rolo a compactação deverá ser executada com compactadores portáteis manuais ou mecânicos.

**C. ESPALHAMENTO DA BASE** – Será espalhada de solo argiloso puro, sem torrões, com umidade normal da seguinte forma:

- A camada será espalhada manualmente e terá a espessura de 15,0 a 20,0cm e atingirá a área a ser pavimentada.

- A finalidade da camada é acomodar as pedras irregulares do subleito.

**D. PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES** – Por este serviço compreende-se toda a fase de colocação das pedras e terá a seguinte forma:

– Pedras

a) Serão do tipo irregular de basalto, de cor uniforme e sem apresentar sinais de degradação.





Estado do Rio Grande do Sul – SANTO AUGUSTO  
SECRETARIA DE SUPERVISÃO E PLANEJAMENTO SESUPLAN  
Fone/Fax (55) 3781-5236

b) Devem ter a forma de poliedros de quatro a oito faces com uma superfície plana. A dimensão desta superfície deve ser menos que a altura da pedra quando assentada e suas medidas devem estar compreendidas dentro dos seguintes limites:

- Deve ficar retida em anel de 8,0cm (oito centímetros) de diâmetro
- Deve passar em um anel de 20,0cm (vinte centímetros) de diâmetro
- As pedras com diâmetro menor de 8,0cm (oito centímetros) somente serão aceitas para preenchimento de vazios e no intertravamento.

– Marcação – sobre o colchão da argila serão demarcados os talhões com linhas de náilon com espaçamento de 1,0m (hum metro) no sentido transversal e de 4,0 a 6,0m no sentido longitudinal, de forma a obter-se a concordância do perfil do projeto. É o momento para a conferência das declividades.

– Assentamento das pedras – Com o reticulado da marcação segue-se o assentamento das pedras. É feito com o auxílio de martelos e de forma que as pedras fiquem com a superfície plana voltada para cima. Deve-se buscar um entrelaçamento das pedras de uma mesma “fiada” de modo que as juntas coincidam e garantam um bom travamento. Não podem ser colocadas pedras sem um bom contato com o solo, lascas travamento.

– Rejuntamento das pedras – Concluído o assentamento das pedras, processa-se o rejuntamento. Para isso, espalha-se manualmente sobre a superfície do calçamento uma camada de pó de brita de cerca de 3,0 cm. Após, com o auxílio de rodos e vassouras, movimenta-se o material, de forma a facilitar a penetração entre os vazios, removendo-se o excesso. Não devem ser deixados vazios profundos entre as pedras previamente ao espalhamento do pó para evitar acúmulo deste componente.

**E. PLANILHA PARA CONTROLE DO RECEBIMENTO DAS PEDRAS IRREGULARES:**

Para	
<b>3312,42</b>	m2 de pavimentação irregular
São necessários	
<b>441,66</b>	m3 de pedras irregulares
Considerando um caminhão com	
<b>10,00</b>	m3 de pedras irregulares
São necessários	
<b>44,17</b>	caminhões
Ou	
<b>662,48</b>	toneladas de pedras irregulares



Estado do Rio Grande do Sul – SANTO AUGUSTO  
SECRETARIA DE SUPERVISAO E PLANEJAMENTO SESUPLAN  
Fone/Fax (55) 3781-5236

**F. ASSENTAMENTOS DOS MEIOS FIOS** – Por este serviço será considerado o seguinte:

– Materiais – serão de concreto do tipo simples seção 12-10x30x100cm, sendo a base inferior com 12,0cm (doze centímetros) e a superior com 10,0cm (dez centímetros), altura com 30,0cm (trinta centímetros) e comprimento de 1,0m (hum metro), podendo ser moldados in loco ou pré-moldado.

– Marcação – antes da colocação do colchão de argila deverão ser demarcadas as posições do meio fio que terá como base a sub-base compactada. Deverá ser marcado no exato local do projeto e em tirão de 4,0 a 6,0m dependendo da declividade longitudinal. A diferença de nível entre o topo do meio fio e o pavimento sem compactação deverá ser de 10,0cm (dez centímetros).

– Assentamentos dos meios fios – as alturas e alinhamentos dos meios fios serão dados por um fio de nylon esticado com base nas referências topográficas, a cada 20,0m (vinte metros) para as linhas retas e 5,00m (cinco metros) nas curvas. Nos encontros de ruas – esquinas e sempre que as condições topográficas permitirem a marcação de pequenos raios horizontais deverá ser feito com cintel.

Os meios-fios com as seguintes dimensões já definidas serão fixados no solo dentro de uma vala de aproximadamente 18,0cm (dezoito centímetros) de profundidade, nesta vala será colocada um lastro de brita nº01 com espessura de 3,0cm (três centímetros) para melhor fixação do meio-fio. O espelho deverá ser de no mínimo 15,0cm (quinze centímetros). A base de assentamento deverá ser executada com uma sobre-largura suficiente para permitir o pleno apoio do meio fio. Não serão aceitos meios fios quebrados no decorrer da pista do logradouro.

– Rejuntamento dos meios fios – concluídas as operações de realinhamento, será feito o rejuntamento com argamassa de cimento e areia das peças no traço de 1:3, deverá ser recolocado o material de encosto junto aos meios fios, devidamente apiloado com soquete manual ou placa vibratória com os devidos cuidados para evitar o desalinhamento das peças.

**G. COMPACTAÇÃO\*** – Concluído o rejunte o pavimento será compactado da seguinte forma:

- A primeira compactação deverá ser feita antes do rejuntamento com pó de pedra.
- Com o solo em umidade média executar a primeira compactação.
- Com o rolo liso, de porte médio (+-10 ton.), iniciar a compactação pela parte mais baixa.
- Executar passadas longitudinais com cobertura lateral de 1/3 do rolo.
- Remover e reparar irregularidades constatadas durante o processo de compactação.
- Dar tantas passadas quanto forem necessárias para uma perfeita compactação e obtenção de uma superfície plana.
- Após a primeira compactação espalhar o pó de pedra e executar a segunda pavimentação.

**“NÃO USE DROGAS, DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”**



Estado do Rio Grande do Sul – SANTO AUGUSTO  
SECRETARIA DE SUPERVISAO E PLANEJAMENTO SESUPLAN  
Fone/Fax (55) 3781-5236

### 3. DRENAGEM

Na Rua Amazonas a drenagem será executada no alinhamento da própria rua, já na Rua Waldevino Moreira Branco, a drenagem será executada no passeio.

**ABERTURA DE VALAS\*** Será escavada uma vala com retroescavadeira em largura que obedece a seguinte relação:

Para tubos onde o diâmetro interno for de 30,0 a 40,0cm será  $L=d+60\text{cm}$ , onde L= largura da vala e d=diâmetro do tubo;

Para tubos onde o diâmetro interno for de 50,0 a 60,0cm será  $L=d+70\text{cm}$ ;

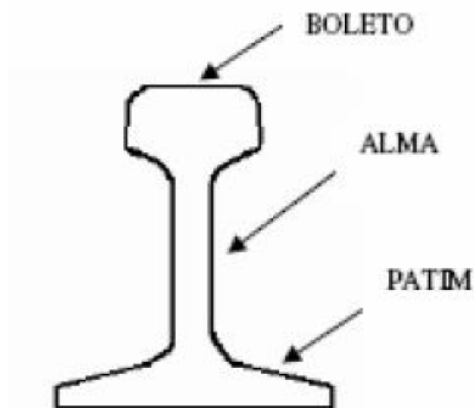
A profundidade terá relação com a inclinação imposta e deverá ter no mínimo 40,0cm (quarenta centímetros) de folga acima do tubo (no início do trecho). A inclinação será de no mínimo 1%. Deve-se ter o cuidado de regularizar o fundo da vala para assentamento do tubo e que o mesmo tenha a sua parte inferior apoiada sobre a base.

**TUBULAÇÃO** Será em tubo de concreto simples PS2 de 400,0mm e tubo de concreto simples PS2 de 600,0mm com ponta e bolsa, com junta rígida, rejuntado com argamassa de cimento e areia. Inclinação de 1%. A tubulação será ligada a rede existente de drenagem.

**REATERRO E COMPACTAÇÃO\*** Após a colocação dos tubos deve-se executar o reaterro da vala com material local e posterior compactação do mesmo.

**BOCAS DE LOBO** Serão executados dois modelos de bocas de lobo.

Para a Rua Amazonas, as bocas de lobo executadas no lado oeste ficarão totalmente no alinhamento da rua, com captação da água através de grelha executada com peças em ferro de formato idêntico à imagem abaixo soldadas em fôrma de ferro tipo cantoneira com espessura mínima de 8,00mm.



Este material deve ter densidade mínima de 25kg de ferro por metro linear. A grelha deverá ser uma peça única fixada na boca de lobo através de rejunte com argamassa. No momento da execução





Estado do Rio Grande do Sul – SANTO AUGUSTO  
SECRETARIA DE SUPERVISAO E PLANEJAMENTO SESUPLAN  
Fone/Fax (55) 3781-5236

deverão ser deixados os espaçamentos entre cada barra para a captação da água, com medidas entre 4,0 e 5,5cm.

As bocas de lobo executadas no lado leste ficarão no alinhamento do passeio e a captação de água acontecerá através do meio fio em concreto moldado *in loco* (ver Projeto), onde a inclinação da pavimentação neste local deve favorecer ao desvio da água para o interior da boca de lobo. Será executada uma tampa em concreto armado com gancho em ferro para retirada da mesma durante manutenção.

Na Rua Waldevino Moreira Branco, onde as bocas de lobo serão executadas totalmente no passeio, a captação de água acontecerá através do meio fio em concreto moldado *in loco* (ver Projeto), onde a inclinação da pavimentação neste local deve favorecer ao desvio da água para o interior da boca de lobo. Será executada uma tampa em concreto armado com gancho em ferro para retirada da mesma durante manutenção.

Em ambas as situações as paredes serão em alvenaria de tijolos maciços com espessura de 25,0cm (vinte e cinco centímetros), assentadas sobre base de concreto magro com espessura de 10,0cm (dez centímetros).

Conforme o projeto, as medidas internas das bocas de lobo serão de 1,00x1,00m, variando na profundidade, mantendo sempre a altura de 60,0cm (sessenta centímetros) acima da borda do tubo assentado até o alinhamento com a superfície da rua.

A boca de lobo localizada na Avenida Pedro Campos, onde será ligada a drenagem proveniente da Rua Amazonas, precisa de intervenção de reparo, onde deverão ser reerguidas parte das paredes de sustentação da mesma, bem como deverá ser feita uma nova tampa em concreto armado.

#### 4. SERVIÇOS FINAIS

Após a conclusão da obra, todas as imediações envolvidas na execução devem ser entregues limpas e sem nenhum resíduo gerado e todo o serviço executado deve ser entregue pronto para o uso.

\*TODOS ESTES SERVIÇOS SERÃO REALIZADOS PELA EQUIPE DA PREFEITURA MUNICIPAL.

Santo Augusto, 02 de Abril de 2.014.

---

Engenheira Civil  
Joana Parnoff Bellé  
CREA/RS 183.216  
SESUPLAN



**Estado do Rio Grande do Sul – SANTO AUGUSTO**  
**Secretaria Municipal de Administração – Coordenadoria de Compras e Licitações**  
Rua Coronel Júlio Pereira dos Santos, 465 – CEP 98590-000 -  
Fone/Fax (55) 3781-4361/5239 – E-mail: santoaugustocompras@hotmail.com

**MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO/RS**  
**SERVIÇOS DE ENGENHARIA**  
**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**  
**PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM**

Obra: Calçamento em Pedras Irregulares e Drenagem  
Município: Santo Augusto - RS  
Endereço: Parte das Ruas Waldevino Moreira Branco, Pedro Santi, Amazonas, Acesso Sem Denominação e Valdomiro Manoel Rodrigues

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO				TOTAL
				M.O.	T. M.O.	MATERIAL	T. Ma.	
1	DRENAGEM - Parte da Rua Waldevino Moreira Branco							
1.1	Escavação Mecânica de Solo até 2,50m*	m3	300,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
1.2	Fornecimento e Assentamento de Tubo de Concreto Ø40cm	m	33,00	R\$ 14,23	R\$ 469,59	R\$ 47,27	R\$ 1.559,91	R\$ 2.029,50
1.3	Fornecimento e Assentamento de Tubo de Concreto Ø60cm	m	121,00	R\$ 18,31	R\$ 2.215,51	R\$ 83,03	R\$ 10.046,63	R\$ 12.262,14
1.4	Reaterro Mecanizado de Valas com Compactação*	m3	180,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
1.5	Boca de Lobo em Alvenaria de Cerâmicos Tijolos Maciços e=25cm 1,00x1,00xprof. (ver Projeto)	unid	7,00	R\$ 228,12	R\$ 1.596,84	R\$ 331,76	R\$ 2.322,32	R\$ 3.919,16
1.6	Concreto Magro para Base e=10cm	m3	1,58	R\$ 160,64	R\$ 253,81	R\$ 197,40	R\$ 311,89	R\$ 565,70
1.7	Meio-Fio Vazado Moldado In Loco (ver Projeto)	unid	7,00	R\$ 28,32	R\$ 198,24	R\$ 73,51	R\$ 514,57	R\$ 712,81
1.8	Tampa em Concreto Armado 1,50x1,50x0,07m	unid	7,00	R\$ 57,08	R\$ 399,56	R\$ 98,65	R\$ 690,55	R\$ 1.090,11
SUBTOTAL ITEM 1								R\$ 20.579,42
2	DRENAGEM - Parte da Rua Amazonas							
2.1	Escavação Mecânica de Solo até 2,50m*	m3	325,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2.2	Fornecimento e Assentamento de Tubo de Concreto Ø40cm	m	43,00	R\$ 14,23	R\$ 611,89	R\$ 47,27	R\$ 2.032,61	R\$ 2.644,50
2.3	Fornecimento e Assentamento de Tubo de Concreto Ø60cm	m	87,00	R\$ 18,31	R\$ 1.592,97	R\$ 83,03	R\$ 7.223,61	R\$ 8.816,58
2.4	Reaterro Mecanizado de Valas com Compactação*	m3	195,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2.5	Boca de Lobo em Alvenaria de Cerâmicos Tijolos Maciços e=25cm 1,00x1,00xprof. (ver Projeto)	unid	7,00	R\$ 228,12	R\$ 1.596,84	R\$ 331,76	R\$ 2.322,32	R\$ 3.919,16
2.6	Concreto Magro para Base e=10cm	m3	1,58	R\$ 160,64	R\$ 253,81	R\$ 197,40	R\$ 311,89	R\$ 565,70
2.7	Greilha para Boca de Lobo em Peça Única de Ferro (ver Memorial Descritivo)	unid	4,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 900,00	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00
2.8	Meio-Fio Vazado Moldado In Loco (ver Projeto)	unid	3,00	R\$ 28,32	R\$ 84,96	R\$ 73,51	R\$ 220,53	R\$ 305,49
2.9	Tampa em Concreto Armado 1,50x1,50x0,07m	unid	4,00	R\$ 57,08	R\$ 228,32	R\$ 98,65	R\$ 394,60	R\$ 622,92
3.0	Recuperação de Boca de Lobo (alvenaria em tijolos cerâmicos maciços e=25cm)	unid	1,00	R\$ 37,42	R\$ 37,42	R\$ 94,38	R\$ 94,38	R\$ 131,80
SUBTOTAL ITEM 2								R\$ 20.606,15
3	PAVIMENTAÇÃO - Parte da Rua Waldevino Moreira Branco							
3.1	Demarcação*	m2	833,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3.2	Regularização e Compactação do Leito*	m2	833,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3.3	Espalhamento da Base (Argila)	m2	833,00	R\$ 1,13	R\$ 941,29	R\$ -	R\$ -	R\$ 941,29
3.4	Pavimentação com Pedras Irregulares (conforme Memorial Descritivo)	m2	833,00	R\$ 10,05	R\$ 8.371,65	R\$ 17,87	R\$ 14.885,71	R\$ 23.257,36
3.5	Meios-Fios em Concreto (conforme Memorial Descritivo)	m	234,00	R\$ 8,02	R\$ 1.876,68	R\$ 17,82	R\$ 4.169,88	R\$ 6.046,56
3.6	Compactação Mecânica da Pavimentação*	m2	833,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3.7	Limpeza Final	m2	833,00	R\$ 0,40	R\$ 333,20	R\$ -	R\$ -	R\$ 333,20
SUBTOTAL ITEM 3								R\$ 30.578,41
4	PAVIMENTAÇÃO - Parte da Rua Pedro Santi							
4.1	Demarcação*	m2	822,50	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
4.2	Regularização e Compactação do Leito*	m2	822,50	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
4.3	Espalhamento da Base (Argila)	m2	822,50	R\$ 1,13	R\$ 929,43	R\$ -	R\$ -	R\$ 929,43
4.4	Pavimentação com Pedras Irregulares (conforme Memorial Descritivo)	m2	822,50	R\$ 10,05	R\$ 8.266,13	R\$ 17,87	R\$ 14.698,08	R\$ 22.964,21
4.5	Meios-Fios em Concreto (conforme Memorial Descritivo)	m	215,00	R\$ 8,02	R\$ 1.724,30	R\$ 17,82	R\$ 3.831,30	R\$ 5.555,60
4.6	Compactação Mecânica da Pavimentação*	m2	822,50	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
4.7	Limpeza Final	m2	822,50	R\$ 0,40	R\$ 329,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 329,00

SUBTOTAL ITEM 4								R\$ 29.778,24
5	PAVIMENTAÇÃO - Acesso sem Denominação Rua José Maroso							
5.1	Demarcação*	m2	327,42	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
5.2	Regularização e Compactação do Leito*	m2	327,42	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
5.3	Espalhamento da Base (Argila)	m2	327,42	R\$ 1,13	R\$ 369,98	R\$ -	R\$ -	R\$ 369,98
5.4	Pavimentação com Pedras Irregulares (conforme Memorial Descritivo)	m2	327,42	R\$ 10,05	R\$ 3.290,57	R\$ 17,87	R\$ 5.851,00	R\$ 9.141,57
5.5	Meios-Fios em Concreto (conforme Memorial Descritivo)	m	110,00	R\$ 8,02	R\$ 882,20	R\$ 17,82	R\$ 1.960,20	R\$ 2.842,40
5.6	Compactação Mecânica da Pavimentação*	m2	327,42	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
5.7	Limpeza Final	m2	327,42	R\$ 0,40	R\$ 130,98	R\$ -	R\$ -	R\$ 130,98
SUBTOTAL ITEM 5								R\$ 12.484,93
6	PAVIMENTAÇÃO - Parte da Rua Amazonas							
6.1	Demarcação*	m2	944,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.2	Regularização e Compactação do Leito*	m2	944,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.3	Espalhamento da Base (Argila)	m2	944,00	R\$ 1,13	R\$ 1.066,72	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.066,72
6.4	Pavimentação com Pedras Irregulares (conforme Memorial Descritivo)	m2	944,00	R\$ 10,05	R\$ 9.487,20	R\$ 17,87	R\$ 16.889,28	R\$ 26.356,48
6.5	Meios-Fios em Concreto (conforme Memorial Descritivo)	m	236,00	R\$ 8,02	R\$ 1.892,72	R\$ 17,82	R\$ 4.205,52	R\$ 6.098,24
6.6	Compactação Mecânica da Pavimentação*	m2	944,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6.7	Limpeza Final	m2	944,00	R\$ 0,40	R\$ 377,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 377,60
SUBTOTAL ITEM 6								R\$ 33.899,04
7	PAVIMENTAÇÃO - Parte da Rua Valdomiro Manoel Rodrigues							
7.1	Demarcação*	m2	385,50	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
7.2	Regularização e Compactação do Leito*	m2	385,50	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
7.3	Espalhamento da Base (Argila)	m2	385,50	R\$ 1,13	R\$ 435,05	R\$ -	R\$ -	R\$ 435,05
7.4	Pavimentação com Pedras Irregulares (conforme Memorial Descritivo)	m2	385,50	R\$ 10,05	R\$ 3.874,28	R\$ 17,87	R\$ 6.888,89	R\$ 10.763,17
7.5	Meios-Fios em Concreto (conforme Memorial Descritivo)	m	128,50	R\$ 8,02	R\$ 1.030,57	R\$ 17,82	R\$ 2.289,87	R\$ 3.320,44
7.6	Compactação Mecânica da Pavimentação*	m2	385,50	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
7.7	Limpeza Final	m2	385,50	R\$ 0,40	R\$ 154,20	R\$ -	R\$ -	R\$ 154,20
SUBTOTAL ITEM 7								R\$ 14.672,86

DRENAGEM	Total M.O.	R\$ 9.539,76	Total Ma.	R\$ 31.645,81	R\$ 41.185,57
PAVIMENTAÇÃO	Total M.O.	R\$ 45.763,75	Total Ma.	R\$ 75.649,73	R\$ 121.413,48

\*serviços executados pela Prefeitura Municipal  
Preços Baseados no PLEO/MARÇO 2014 e Região.

SUBTOTAL			TOTAL GERAL
M.O.		MATERIAL	R\$ 162.599,05
R\$ 55.303,51		R\$ 107.295,54	

José Luiz Andrighetto  
Prefeito Municipal

Joana Parnoff Bellé  
Engª Civil CREA/RS 183 Civil CREA/RS 183.216

Santo Augusto, 19 de Março de 2.014.

**“NÃO USE DROGAS, DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”**





Estado do Rio Grande do Sul – SANTO AUGUSTO  
Secretaria Municipal de Administração – Coordenadoria de Compras e Licitações  
Rua Coronel Júlio Pereira dos Santos, 465 – CEP 98590-000 -  
Fone/Fax (55) 3781-4361/5239 – E-mail: santoaugustocompras@hotmail.com

MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO/RS  
SERVIÇOS DE ENGENHARIA  
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA  
PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM

Obra: Calçamento em Pedras Irregulares e Drenagem  
Município: Santo Augusto - RS  
Endereço: Parte das Ruas Waldevino Moreira Branco, Pedro Santi, Amazonas, Acesso Sem Denominação e Valdomiro Manoel Rodrigues

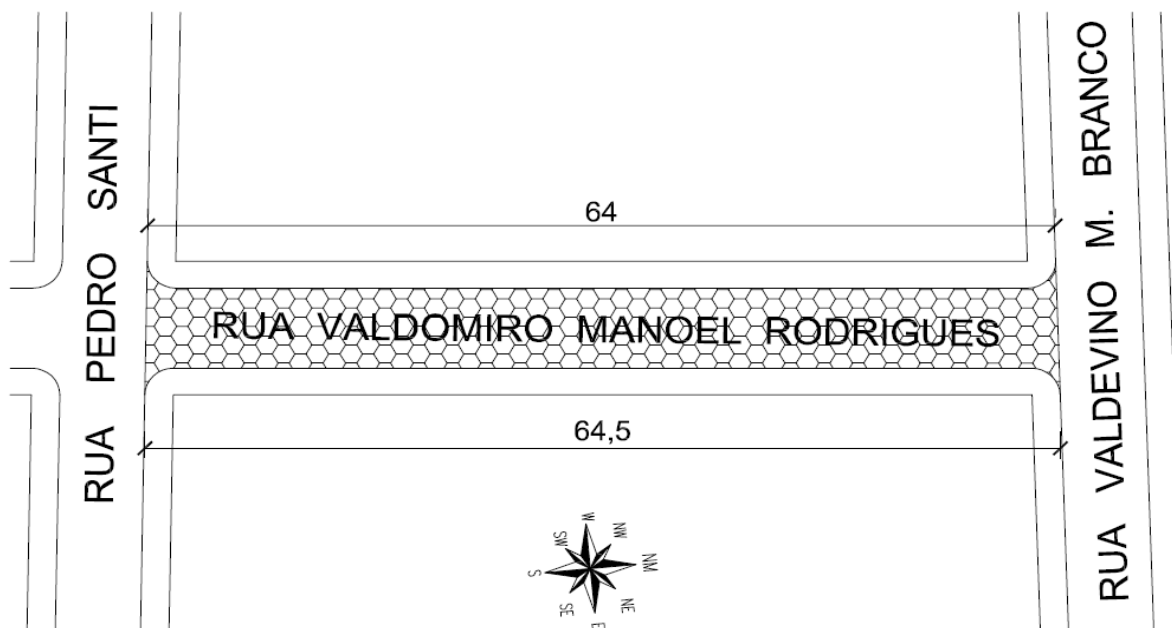
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Item	Descrição dos Serviços	Peso	Valor das Obras e Serviços	Meses						TOTAL
				Mês 1		Mês 2		Mês 3		
				%	R\$	%	R\$	%	R\$	
1	DRENAGEM - Parte da Rua Waldevino Moreira Branco	12,66	R\$ 20.579,42	80,00	R\$ 16.463,54	20,00	R\$ 4.115,88	0,00	R\$ -	100,00
2	DRENAGEM - Parte da Rua Amazonas	12,67	R\$ 20.606,15	80,00	R\$ 16.484,92	20,00	R\$ 4.121,23	0,00	R\$ -	100,00
3	PAVIMENTAÇÃO - Parte da Rua Waldevino Moreira Branco	18,81	R\$ 30.578,41	10,00	R\$ 3.057,84	50,00	R\$ 15.289,21	40,00	R\$ 12.231,36	100,00
4	PAVIMENTAÇÃO - Parte da Rua Pedro Santi	18,31	R\$ 29.778,24	5,00	R\$ 1.488,91	45,00	R\$ 13.400,21	50,00	R\$ 14.889,12	100,00
5	PAVIMENTAÇÃO - Acesso sem Denominação Rua José Maroso	7,68	R\$ 12.484,93	5,00	R\$ 624,25	45,00	R\$ 5.618,22	50,00	R\$ 6.242,47	100,00
6	PAVIMENTAÇÃO - Parte da Rua Amazonas	20,85	R\$ 33.899,04	10,00	R\$ 3.389,90	50,00	R\$ 16.949,52	40,00	R\$ 13.559,62	100,00
7	PAVIMENTAÇÃO - Parte da Rua Valdomiro Manoel Rodrigues	9,02	R\$ 14.672,86	10,00	R\$ 1.467,29	50,00	R\$ 7.336,43	40,00	R\$ 5.869,14	100,00
TOTAL			SIMPLES		42.976,65		66.830,70		52.791,71	
	ACUMULADO %	100,00	ACUMULADO		42.976,65		109.807,36		182.689,06	R\$ 182.689,06
			SIMPLES		26,43		41,10		32,47	
	ACUMULADO R\$	R\$ 182.689,06	ACUMULADO		26,43		67,63		100,00	100,00

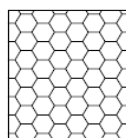
José Luiz Andrighetto  
Prefeito Municipal

Joana Parnoff Bellé  
Engª Civil CREA/RS 183.216

Santo Augusto, Março de 2014.

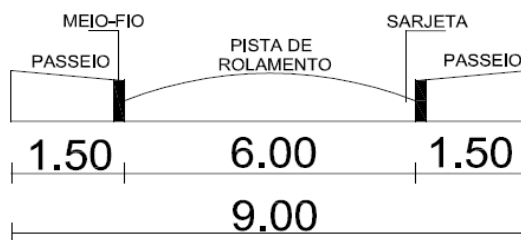


**LEGENDA:**



Área a ser pavimentada = 385,50m<sup>2</sup>

Meio-fios = 128,50m. lineares



**CORTE TRANSVERSAL**

**MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO**

**Pav. c/ pedras irregulares na rua Valdomiro Manoel Rodrigues**

Prefeito Municipal: \_\_\_\_\_

Resp. Técnico: \_\_\_\_\_

DESENHO:

Edson

ESCALA:

1:500

DATA:

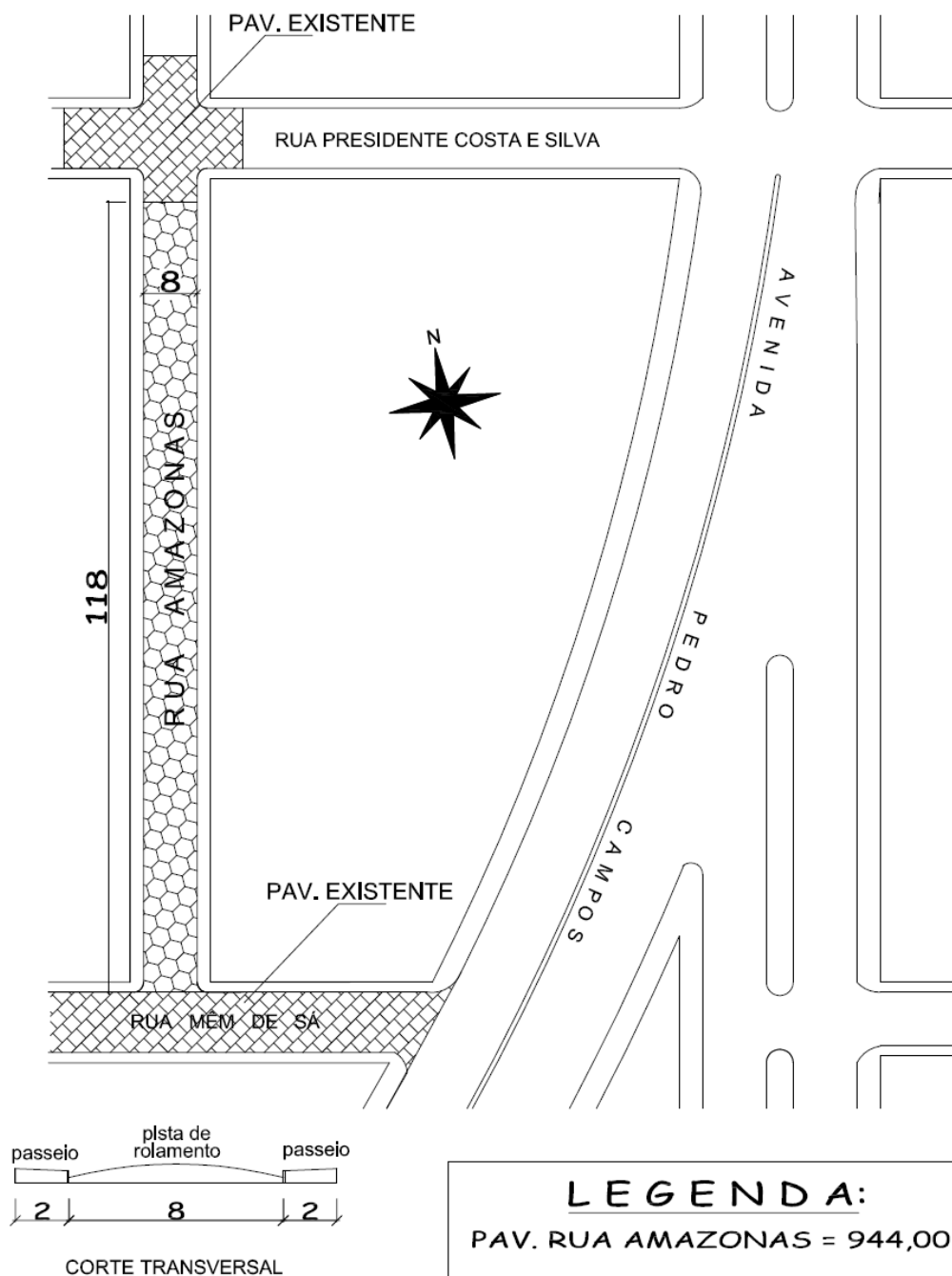
Abril/2014

ÁREA TOTAL:

385,50m<sup>2</sup>

PRANCHA:

Única



## MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO/RS

PAV. COM PEDRAS IRREGULARES EM PARTE DA RUA AMAZONAS

PREF. MUNICIPAL: \_\_\_\_\_

RESP. TÉCNICO: \_\_\_\_\_

DESENHO:

EDSON

ESCALA:

1:1000

DATA:

FEV/2012

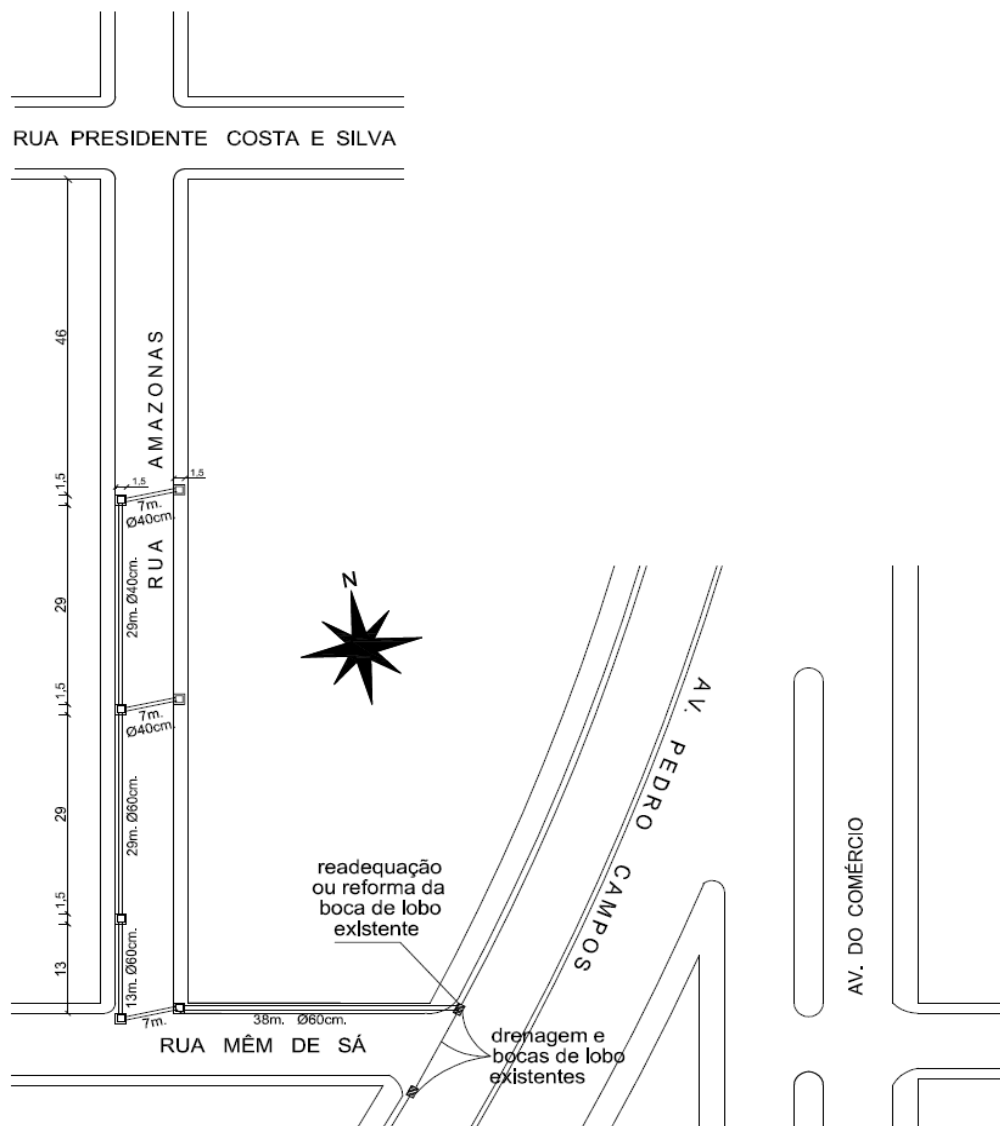
ÁREA TOTAL:

944,00m<sup>2</sup>

PRANCHA:

ÚNICA

"NÃO USE DROGAS, DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"



**LEGENDA:**

DRENAGEM Ø 40cm. = 43 TUBOS

DRENAGEM Ø 60cm. = 87 TUBOS

CONFEÇÃO DE BOCAS DE LOBO = 07 UNIDADES

**MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO/RS**

**DRENAGEM EM PARTE DAS RUAS AMAZONAS E MÊM DE SÁ**

PREF. MUNICIPAL: \_\_\_\_\_

RESP. TÉCNICO: \_\_\_\_\_

DESENHO:

ESCALA:

DATA:

ÁREA:

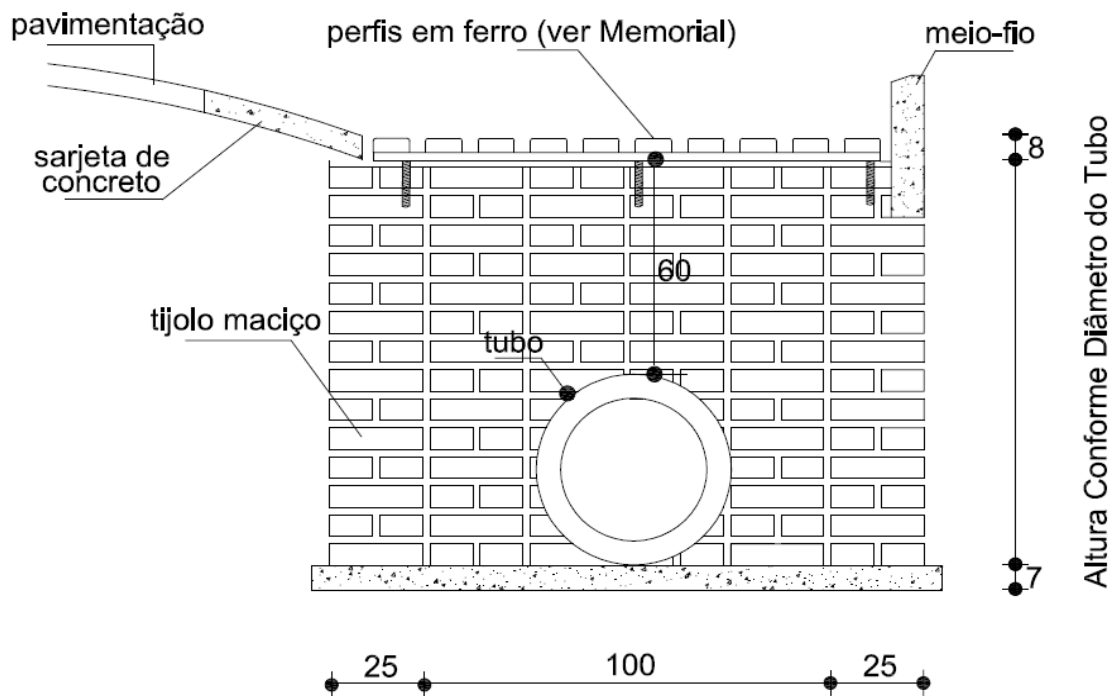
PRANCHA:

EDSON

1:1000

MARÇO/2014

ÚNICA



CORTE

Boca de lobo em alvenaria,  
paredes de 25cm. com tampa  
confeccionada em ferro  
(ver Memorial).

## MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO/RS

- DETALHE DE BOCA DE LOBO COM TAMPA DE FERRO.

PREF. MUNICIPAL: \_\_\_\_\_

RESP. TÉCNICO: \_\_\_\_\_

DESENHO:  
EDSON

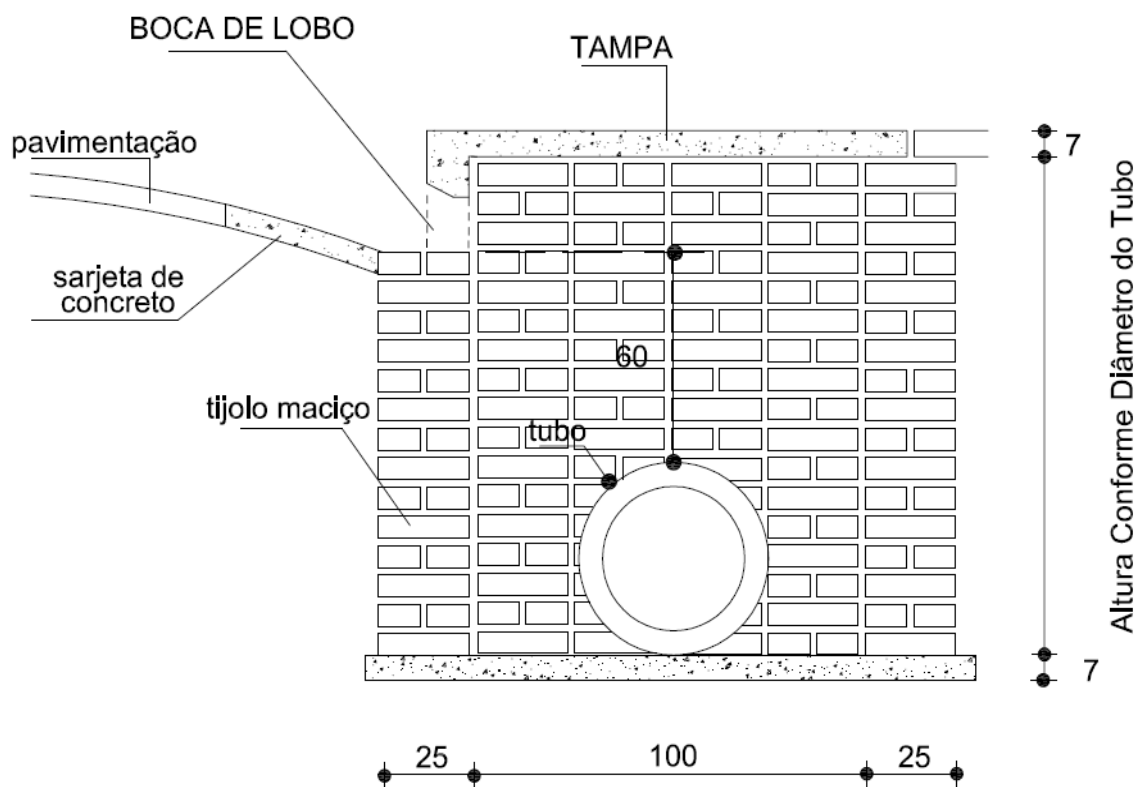
ESCALA:  
1:2000

DATA:  
MARÇO/2014

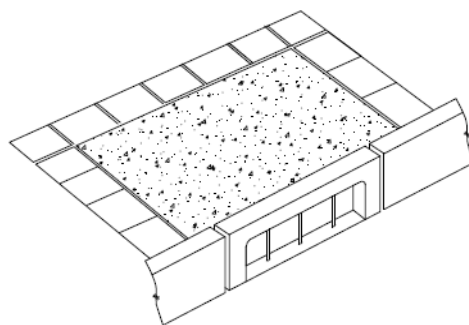
ÁREA:

PRANCHA:  
ÚNICA





CORTE



Detalhe

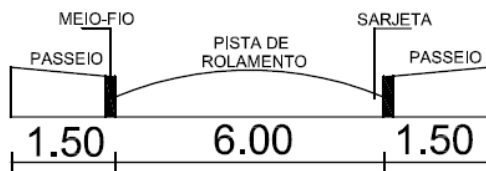
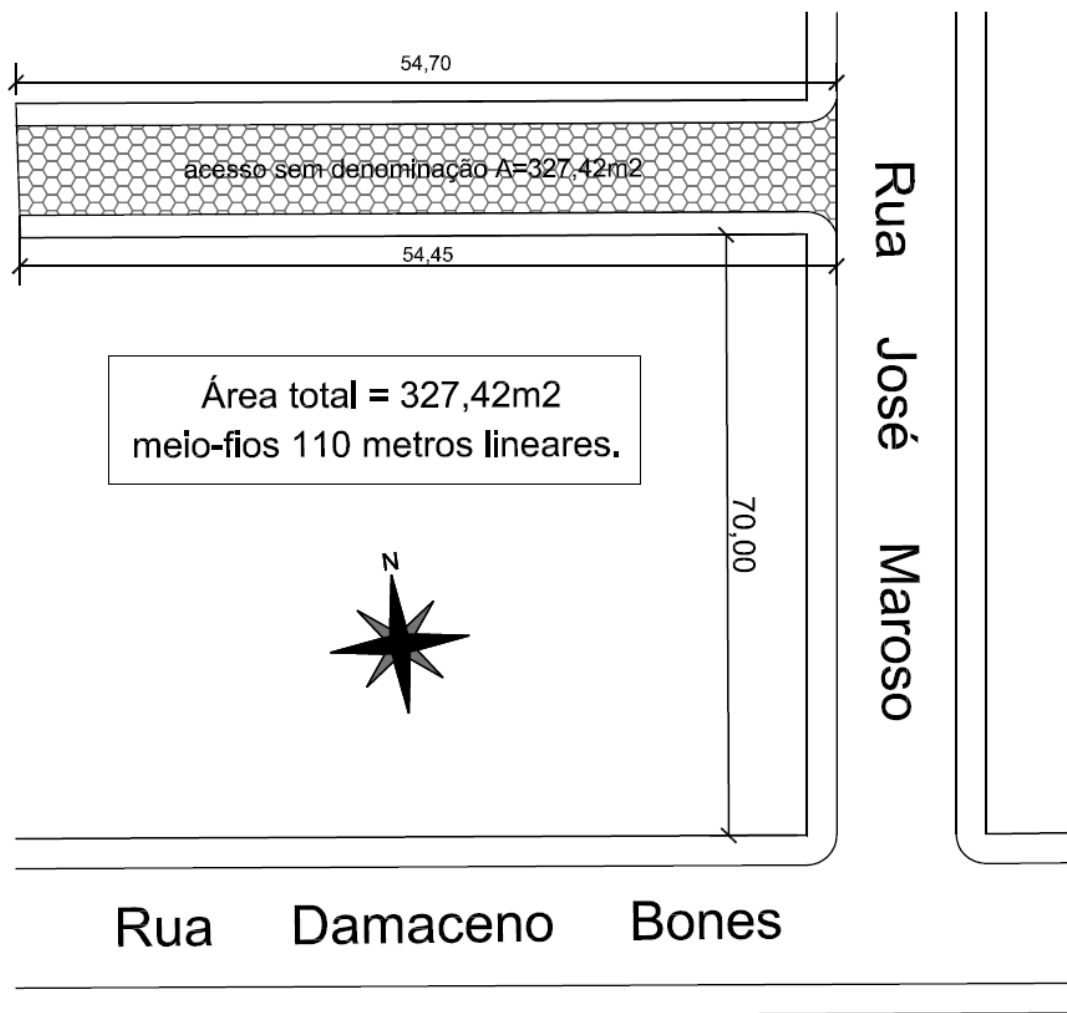
Boca de lobo em alvenaria,  
paredes de 25cm. com tampa  
confeccionada em concreto armado.

MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO/RS

- DETALHE DE BOCA DE LOBO COM TAMPA DE CONCRETO ARMADO

PREF. MUNICIPAL: \_\_\_\_\_

RESP. TÉCNICO: \_\_\_\_\_



CORTE TRANSVERSAL

## MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO

Pavimentação com pedras irregulares acesso sem denominação.

PREF. MUNICIPAL: \_\_\_\_\_

RESP. TÉCNICO: \_\_\_\_\_

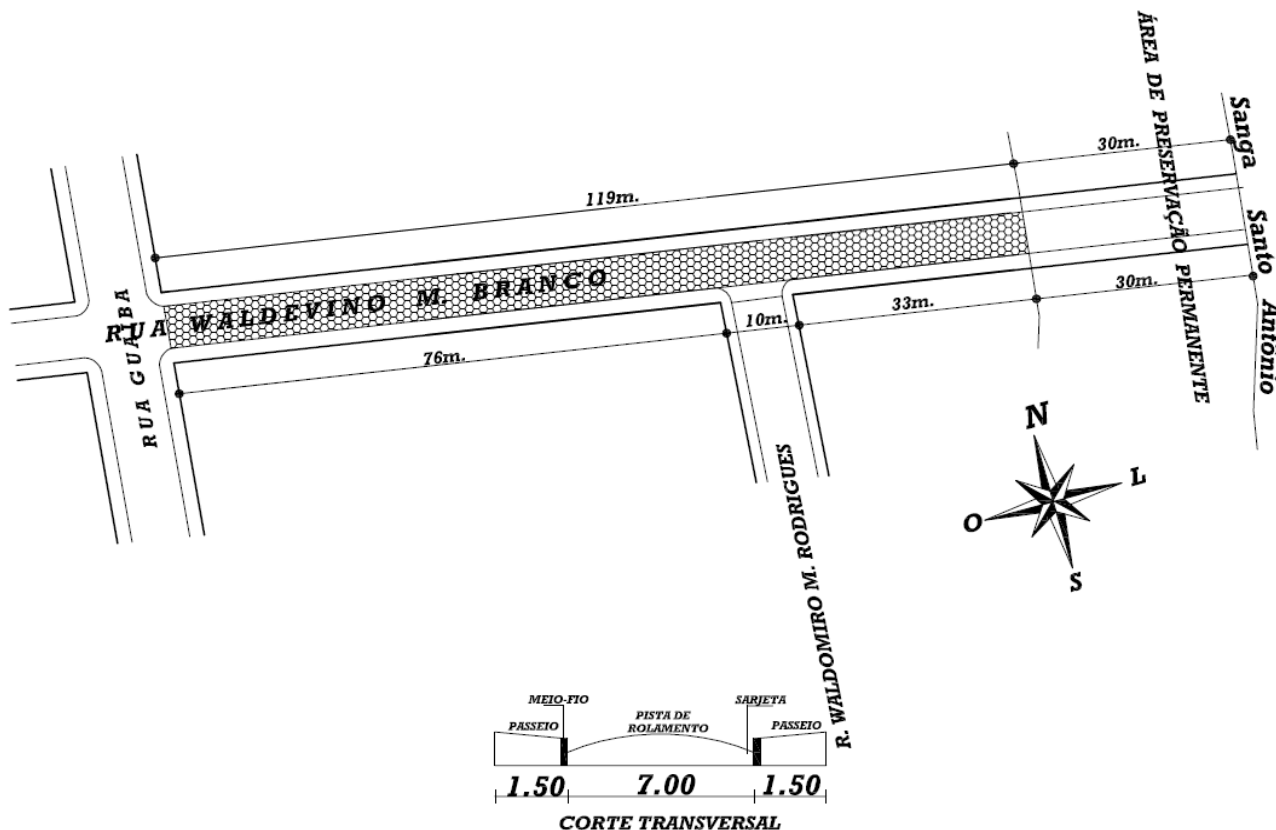
DESENHO: \_\_\_\_\_

ESCALA: \_\_\_\_\_

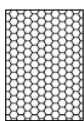
DATA: \_\_\_\_\_

ÁREA TOTAL: \_\_\_\_\_

PRANCHA: \_\_\_\_\_



### **LEGENDA:**



**ÁREA A SER PAVIMENTADA NA RUA  
WALDEVINO M. BRANCO = 833,00m<sup>2</sup>  
MEIO-FIOS = 234 UNIDADES**

## **MUNICIPIO DE SANTO AUGUSTO/RS.**

### **-PROJETO DE CALÇAMENTO EM PARTE DA RUA WALDEVINO M. BRANCO**

PREFEITO MUNICIPAL: \_\_\_\_\_

RESP. TÉCNICO: \_\_\_\_\_

DESENHO:

**EDSON**

ESCALA:

**1:1000**

DATA:

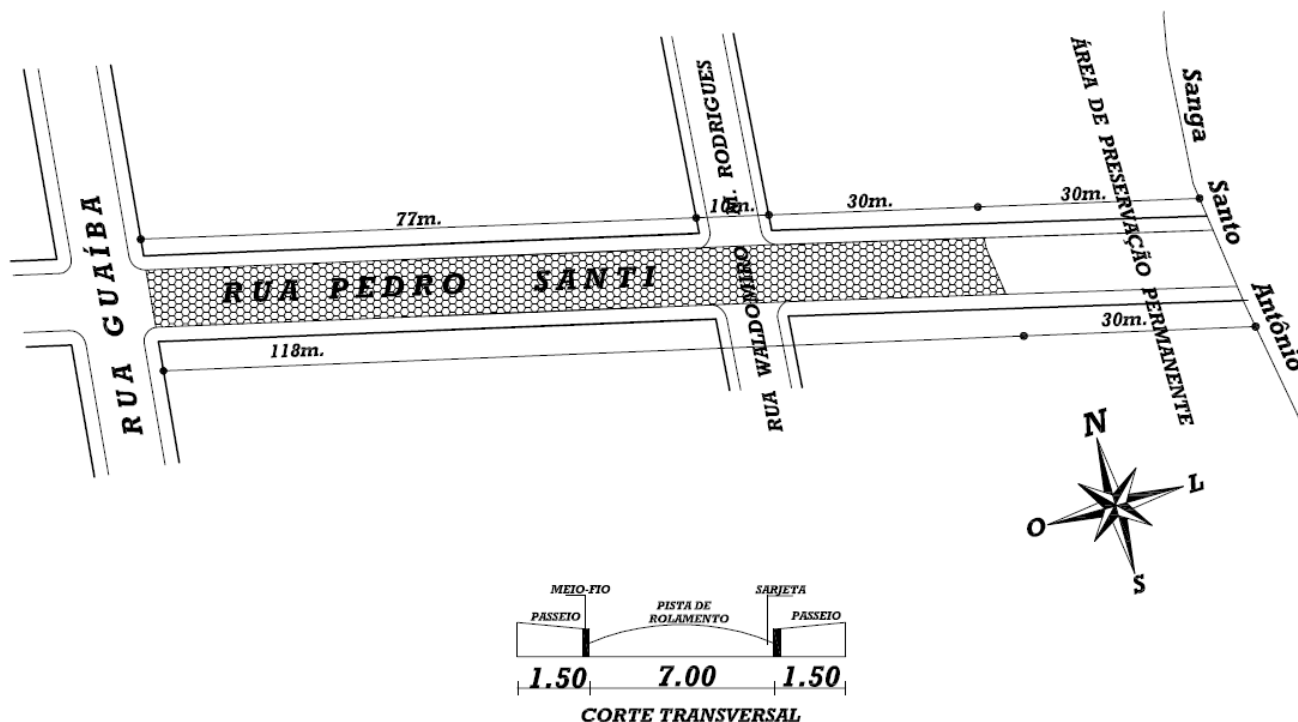
**MARÇO/2014**

ÁREA:

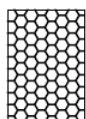
**833,00m<sup>2</sup>**

PRANCHA:

**ÚNICA**



### **LEGENDA:**



**ÁREA A SER PAV. NA RUA  
PEDRO SANTI=822,50,00m<sup>2</sup>  
MEIO-FIOS=215 UNIDADES**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO/RS.**

### **-PROJETO DE CALÇAMENTO EM PARTE DA RUA PEDRO SANTI**

PREFEITO MUNICIPAL:

**JOSÉ LUIZ ANDRIGHETTO**

RESP. TÉCNICO: \_\_\_\_\_

DESENHO:

**EDSON**

ESCALA:

**1:1000**

DATA:

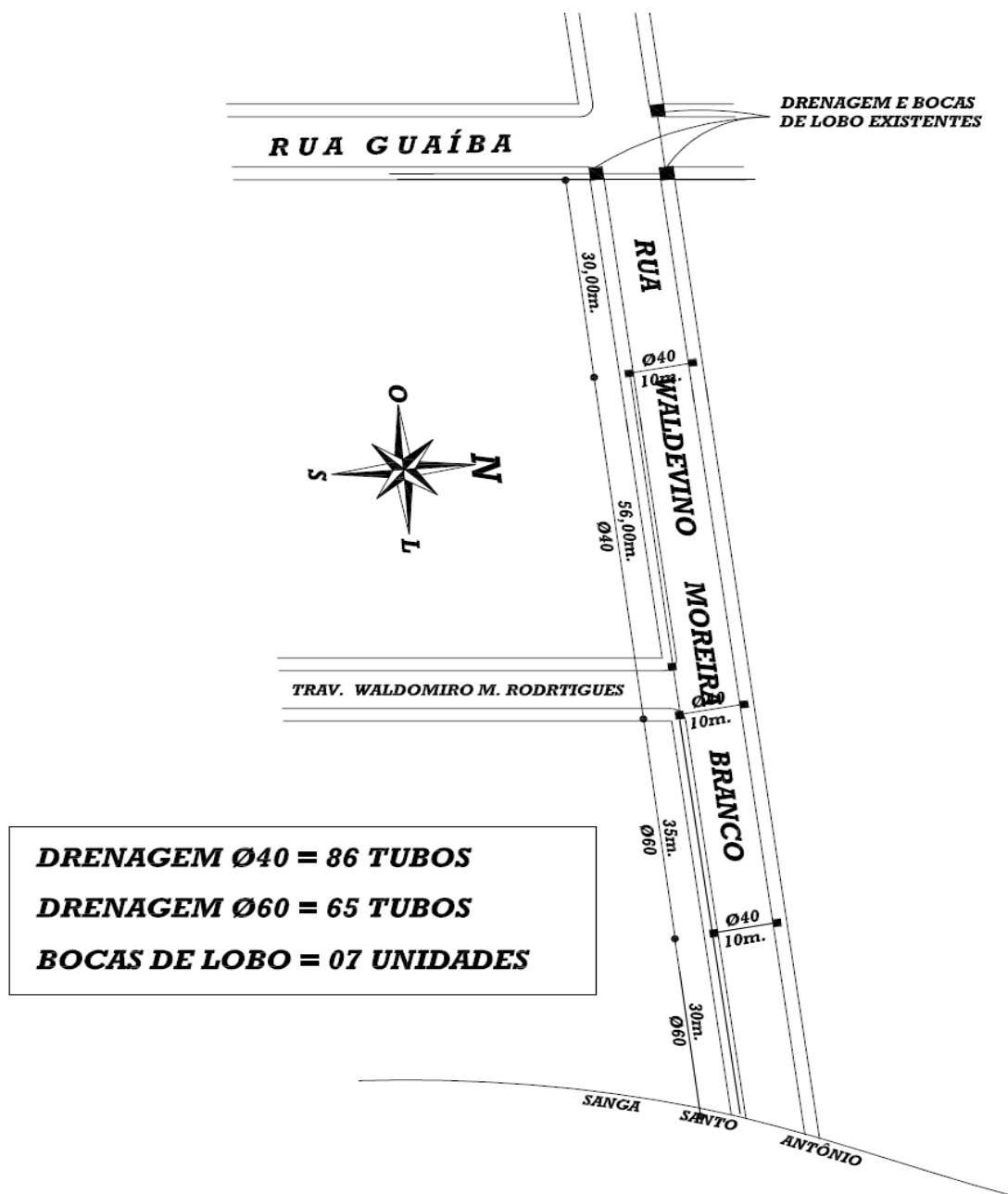
**MARÇO/2014**

ÁREA:

**822,50m<sup>2</sup>**

PRANCHA:

**ÚNICA**



**MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO/RS.**

**DRENAGEM EM PARTE DA RUA WALDEVINO MOREIRA BRANCO**

PREFEITO MUNICIPAL:

**JOSÉ LUIZ ANDRIGHETTO**

RESP. TÉCNICO:

DESENHO:

**EDSON**

ESCALA:

**1:1000**

DATA:

**MARÇO/2014**

ÁREA:

PRANCHA:

**ÚNICA**